



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL
PPA 2008 - 2011

MENSAGEM
(Volume I)

Manaus – 2007



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EDUARDO BRAGA

Governador do Estado do Amazonas

OMAR JOSÉ ABDEL AZIZ

Vice-Governador do Estado do Amazonas

JOSÉ MELO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Governo

RAUL ARMÔNIA ZAIDAN

Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

WILSON MARTINS DE ARAÚJO

Secretário de Estado Chefe da Casa Militar

FRANCISCO ROBERTO DUARTE

Secretário de Estado Chefe do Gabinete Pessoal do Governador

RAIMUNDO FRÂNIO DE ALMEIDA LIMA

Procurador-Geral do Estado

JOSUÉ CLAÚDIO DE SOUZA FILHO

Ouvidor Geral do Estado

ISPER ABRAHIM LIMA

Secretário de Estado da Fazenda

DENIS BENCHIMOL MINEV

Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

REDOMARCK NUNES CASTELO BRANCO

Secretário de Estado de Administração e Gestão

CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

FRANCISCO SÁ CAVALCANTE

Secretário de Estado de Segurança Pública

GEDEÃO TIMÓTEO AMORIM

Secretário de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

WILSON DUARTE ALECRIM

Secretário de Estado de Saúde



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA
Secretário de Estado de Cultura

REGINA FERNANDES DO NASCIMENTO
Secretária de Estado de Assistência Social

IRANILDES CALDAS GONZAGA
Secretária de Estado do Trabalho

JOSÉ LUPÉRCIO RAMOS DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Juventude, Desporto e Lazer

JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA
Secretário de Estado do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

GEORGE TASSO LUCENA SAMPAIO CALADO
Secretário de Estado de Política Fundiária

MARCO AURÉLIO DE MENDONÇA
Secretário de Estado de Infra-Estrutura

ERONILDO BRAGA BEZERRA
Secretário de Estado de Produção Rural

GILZA BATISTA DA SILVA
Secretária de Estado de Articulação de Políticas Públicas
aos Movimentos Sociais e Populares

LEOPOLDO PERES SOBRINHO
Controlador Geral do Estado

MARIA DE LOURDES LOBO DA COSTA
Defensor Público Geral do Estado

INTRODUÇÃO

Além dos objetivos e metas para um período de quatro anos, o Plano Plurianual - PPA 2008 – 2011 constitui-se em um instrumento de organização das ações governamentais com vistas a melhorar a gestão e o respectivo desempenho, contribuindo para a consecução das prioridades de governo, devendo ser orientado pelos seguintes princípios:

- Integração municipal como método de orientação dos investimentos com vistas a uma organização do crescimento e desenvolvimento econômico equilibrado entre a capital e o interior;
- Organização de políticas e programas visando aperfeiçoar os resultados da aplicação dos recursos públicos, com foco nos alvos definidos;
- Monitoramento e avaliação dos programas e ações do governo criando condições para uma mensuração contínua com vista à qualidade e produtividade dos bens do serviço público;
- Parcerias com o governo federal e municipal e com a iniciativa privada, visando à ampliação dos recursos para financiamento das ações de governo;
- Eixos estratégicos para a execução dos programas e projetos considerados indutores do desenvolvimento para assegurar o alcance dos resultados pretendidos;
- Transparência na aplicação dos recursos públicos, a partir de ampla divulgação dos gastos públicos e respectivos resultados;
- Participação social na elaboração e gestão do Plano Plurianual como importante instrumento de interação do governo com a sociedade.

Planejar o desenvolvimento do Estado do Amazonas tem sido uma tarefa árdua, em razão da extensão territorial que se revela em uma imensa complexidade de espaço geográfico que possui. De um lado, existe a Zona Franca de Manaus, que se constitui em um grande pólo de desenvolvimento socioeconômico, e de outro, sessenta e um municípios de grandeza territorial variável e com vocações econômicas próprias.

É nesse sentido que as políticas públicas inseridas no PPA 2008 – 2011 foram pensadas, passando a considerar o processo produtivo a partir das realidades locais, e o atendimento das demandas de forma mais equilibrada a longo prazo, visando prover os

municípios de infra-estrutura social e econômica e de capacidade de inovação, com base em novas tecnologias existentes, contribuindo para a redução das desigualdades existentes.

As mudanças pretendidas são estruturais e demandam um amplo horizonte de tempo e perseverança para se concretizarem; razão pela qual devem ser tratadas na perspectiva do planejamento de longo prazo. O papel do PPA 2008 – 2011, nesse contexto é o de implementar o necessário entre o planejamento de longo prazo, os Planos Plurianuais anteriores e o atual, e os orçamentos anuais.

Para subsidiar o planejamento de longo prazo, a SEPLAN propõe uma trajetória de evolução da organização econômica do Estado que promova o desenvolvimento sustentável dos diversos municípios e a redução das desigualdades sociais e regionais em um horizonte de 20 anos.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O Estado do Amazonas, em razão de sua dimensão geográfica, consolida-se como um espaço continental que compreende 1.570.745 km², representando 18,4% do território brasileiro, 31% da amazônia brasileira e 40,7% da região norte. Esse grandioso espaço tem aspectos de ordem econômica e social específicas, definidas em razão das calhas dos grandes rios como o Amazonas, Solimões, Negro, Juruá, Madeira e Purus, distribuídos nesse imenso espaço territorial.

O Amazonas se destaca no cenário nacional, não só por sua dimensão geográfica, mas também pela riqueza étnico-cultural, elevado potencial de biodiversidade e em recursos hídricos e minerais, tendo como um dos principais indicadores de sua importância ambiental a destinação de mais de 70 milhões de hectares que representam 45% do território na forma de áreas legalmente protegidas. Desse montante, cerca de 45.753.118 hectares são ocupadas por 178 terras indígenas, de 74 etnias distribuídas em todo o Estado. A população indígena do Amazonas é de cerca de 120.000 pessoas, o que corresponde a 17,1% do total da população indígena brasileira.

Na nova etapa do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Governador Eduardo Braga, ambos reeleitos no sufrágio do voto para o quadriênio 2007 – 2010, portanto, no espaço de tempo onde se consolida o PPA 2008 – 2011, apresenta-se a possibilidade de vários programas e ações a serem potencializados e alguns até expandidos no esforço continuado nesse processo de evolução do desenvolvimento do país e do Estado.

No PPA 2008 – 2011, o Governo Federal lança um programa denominado PAC Plano de Aceleração do Crescimento, cujo objetivo é acelerar o ritmo de expansão da atividade econômica a partir da taxa de investimento na economia brasileira. Nesse sentido, as ações e metas do PAC foram organizadas em um conjunto de programas de investimentos, com diversas políticas federais que devem convergir para a realização de objetivos comuns de desenvolvimento econômico e avanço social, numa ação sinérgica e de mútuo esforço; o que deverá projetar um processo de desenvolvimento, na expectativa de resultados positivos que serão refletidos, também, para o Estado do Amazonas.

Nessa perspectiva, surgem duas questões estratégicas: a primeira, relacionada ao processo de recuperar o dinamismo e a capacidade de expansão acelerada da economia brasileira e, a segunda, como conciliar o crescimento econômico sustentável com a estabilidade monetária e, principalmente, com uma distribuição mais eqüitativa dos frutos do desenvolvimento.

No Estado do Amazonas, a partir da avaliação das ações desenvolvidas no PPA 2004 – 2007, foi percebida a busca incessante da construção coletiva de um Governo voltado para o bem comum, em que pese problemas da concentração de renda e riqueza, a exclusão social existente em todo o país, não sendo diferente no Amazonas, ainda sim o esforço do governo tem minimizado os efeitos pertinentes.

No plano externo, o Brasil registra ganhos significantes no que diz respeito às suas exportações, que em 1999 exportava 35,2 bilhões de dólares, e no ano de 2006, alcançou o patamar de 140 bilhões de dólares. Entretanto, a má distribuição de renda, ainda tem sido um dos fortes fatores que freia o desenvolvimento social do país e do Amazonas.

Entretanto, a política econômica e as reformas estruturais enunciadas pelo Governo Federal trazem, com clareza, a agenda econômica a ser desenvolvida podendo ser interpretada sob três dimensões:

- A valorização do planejamento de modo a consolidar as inovações introduzidas pelos planos anteriores e contemplar novas propostas de aperfeiçoamento do modelo de planejamento do Governo Federal;
- Aceleração do ritmo de expansão da atividade econômica, a partir do aumento da taxa de investimentos na economia brasileira;
- As ações e metas do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) foram organizadas em um amplo conjunto de investimentos em infra-estrutura e em medidas de incentivos ao investimento privado, cujo resultado traz a expectativa de geração de mais emprego e renda.

A primeira dimensão torna explícitos os eixos estruturantes, traçados no aperfeiçoamento da condução das políticas enunciadas no Plano de Governo para esse segundo mandato. A dimensão seguinte reconhece os programas existentes e seu aperfeiçoamento em razão de novas demandas sociais. A terceira dimensão direciona ao setor privado, investimentos que venham resultar no crescimento e desenvolvimento econômico, criando trabalho e renda.

O MACROCENÁRIO PARA O AMAZONAS

DIAGNÓSTICO DA ECONOMIA AMAZONENSE

Com a crise da borracha, iniciada em 1912, a região Amazônica passou por um período de estagnação socioeconômica, sendo o Estado do Amazonas o mais atingido. Durante trinta e quatro anos, aproximadamente, a economia local viveu o drama de ver o seu *principal e único processo produtivo* paralisado, até que em 1946, com a aprovação do art. 199 que determinava a aplicação de 3% da Renda Tributária Nacional para a Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1957 - esta última, inicialmente um simples entreposto comercial à região começou um processo de recuperação econômica.

A partir de 1966, a chamada “Operação Amazônia” implementou, no âmbito da região, a reordenação nos planos jurídicos, institucional, político e econômico, bem como os procedimentos de intervenção do Governo Federal na região, elegendo três grandes mudanças: A primeira veio com a edição da Lei nº. 5.122 de 28.08.1966, que transformava o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia (BASA), tornando-o um banco de investimento regional dotado de mais recursos a serem obrigatoriamente aplicados no desenvolvimento econômico local. A segunda, e na seqüência, veio com a Lei nº. 5.173 de 27.10.1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização da Amazônia, extinguindo a SPVEA e criando a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

A terceira vertente e a mais contundente, e racionalmente pensada veio com o Decreto Lei nº. 288 de 28.02.1967, que reformulou a Zona Franca de Manaus e criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Os estímulos fiscais e financeiros criados pelo Governo Federal materializaram-se como incentivos necessários à expansão da economia amazonense, consolidando focos de modernização da produção do setor secundário da economia, ao mesmo tempo em que, de forma radical, redesenhou a dinâmica social do espaço regional.

Os incentivos fiscais permitiram o rompimento histórico de dependência do extrativismo, em grande parte predatório, mas o crescimento previsto ocorreu de forma

desigual, privilegiando a concentração da economia na cidade de Manaus a qual se transformou, em pouco tempo, no principal pólo industrial do Brasil em bens eletrônicos de consumo: motocicletas, produtos óticos e relógios, contando ainda com uma importante posição na produção termoplástica e de brinquedos.

Entretanto, mesmo com este vertiginoso crescimento econômico, a concentração industrial ocorreu em setores que dependem de insumos importados, cujos produtos possuem alta relação preço/venda e peso ou tamanho do bem, ou seja, bens mais sensíveis aos custos tributários que aos custos de frete. Esta característica é intrínseca à localização da ZFM no interior da Amazônia Ocidental, distante dos principais centros consumidores.

A dinamização da economia amazonense teve como resultado o aumento de ofertas de emprego, a acumulação do capital estadual e o aumento da evolução da receita tributária. No entanto, a economia manteve excessiva dependência em relação às atividades ligadas ao Pólo Industrial incentivado. Nas últimas décadas não surgiram novas fontes de crescimento com vocações econômicas voltadas ao aproveitamento dos recursos naturais, os quais passaram a ocupar uma posição marginal na estrutura produtiva do Amazonas.

Com a política de abertura econômica a partir de março de 1990, que se esbarrou de forma abrupta com a concorrência estrangeira, para a qual a maioria dos setores produtivos locais não estava preparada, houve radicais mudanças no setor produtivo, com o fechamento de muitas indústrias e, conseqüentemente, de postos de trabalho, somado à suspensão do contingenciamento de cotas para a ZFM que passava a exigir certo índice de nacionalização para a utilização dos insumos necessários aos bens aqui produzidos.

Quando da abertura econômica eliminando as barreiras não-tarifárias, a ZFM passou a reduzir as alíquotas *ad-valorem* sobre diversos produtos que ainda não estavam sendo produzidos internamente e passou a introduzir um cronograma de redução adicional das referidas alíquotas entre o período de 1991 a 1993, situado na alíquota média para 17%, considerando a queda das alíquotas de importação. A abertura da economia sem critérios associados à ausência de políticas setoriais compensatórias lançou o Estado do Amazonas em uma das mais profundas crises econômicas com repercussão na área social.

Algo precisava ser feito e surge a proposta de modernização industrial e comercial, com base na crescente capacitação tecnológica, que teve como alicerce o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP). Com a publicação da Lei 8.387 de 30 de dezembro de 1999, ocorre uma flexibilização na sistemática de concessão de incentivos fiscais à produção industrial, considerando a não exigência dos índices mínimos de

nacionalização, estabelecendo-se um novo processo identificado como PPB – Processo Produtivo Básico e que representava um conjunto mínimo de operações no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto.

Foi a partir de 1990 que a Zona Franca de Manaus, mais especificamente o setor secundário da economia, sofreu profundas transformações em consequência da abertura da economia brasileira. O modelo que estava alicerçado no mercado interno muda seu perfil, se orientado para o mercado externo. O setor industrial, em razão da reestruturação do processo produtivo, veio aumentar a produtividade crescendo com índices significativos. Entretanto, o índice de emprego direto e indireto, no mesmo período, reduziu drasticamente. A explicação era de que as transformações produtivas das indústrias locais agregaram equipamentos modernos e sofisticados, com maior produtividade, provocando o corte de empregos. A economia projetava-se em bom nível, mas os aspectos sociais se agravavam.

A queda de emprego nos setores mais dinâmicos estendeu-se por toda a economia, promovendo o desemprego estrutural. A expansão do consumo pelos novos bens produzidos alcançava um mercado de elevada elasticidade-renda, aumentando o desemprego, agora também conjuntural. Um dos marcos desse processo é que a produtividade tem evoluído em proporções superiores ao incremento da produção, fazendo com que a oferta de emprego cresça lentamente, enquanto ocorre o aumento das quantidades produzidas. Essa tendência, em nível mundial aumenta à proporção em que as empresas passam a utilizar tecnologias de processo e de produtos mais avançados.

Nesse contexto, o programa de desenvolvimento e crescimento do Governo do Estado, da gestão iniciada em 2003, implantou políticas públicas que passaram a contemplar a expansão do emprego, buscando alternativas para fazer crescer emprego e renda, tendo o desenvolvimento com base na sustentabilidade.

Em um contexto no qual o Brasil tem perseguido a redução da vulnerabilidade externa como condição essencial para o crescimento econômico sustentável, o Governo do Amazonas vem priorizando a elevação do coeficiente de exportação dos produtos fabricados na ZFM, considerando que reduzir o déficit comercial do Amazonas com o exterior é basilar para a defesa dos mecanismos de incentivos fiscais e a conquista de espaço dentro da política industrial nacional e, ainda, viés setorial/regional para os segmentos concentrados em Manaus.

As empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus, especialmente as transacionais, deverão desempenhar importante papel no esforço de redução do déficit comercial com o

exterior no aumento das exportações. Nesse contexto, coube ao setor público criar fatores de competitividade que favoreçam as exportações, sem esquecer de criar os mecanismos na política de incentivos fiscais que passaram a gerir condicionantes indutores de vendas externas e conseqüentemente a geração de emprego e renda, aumentando a massa de salários.

Balança Comercial do Pólo Industrial de Manaus – PIM Valores em US\$ 1000,00

Anos	Mercado Externo		Saldo C=A-B	Mercado Interno		Saldo F=D-E	Saldo Final G=C+F
	Exportação A	Importação B		Exportação D	Importação E		
2003	1.224.940,00	3.223.339,20	-1.998.399,20	9.306.290,30	2.854.224,00	6.452.066,30	4.453.667,10
2004	1.084.893,60	3.758.994,10	-2.674.100,50	12.876.344,40	3.843.067,40	9.033.277,00	6.359.176,50
2005	2.021.195,50	4.763.075,00	-2.741.879,50	16.942.913,60	5.070.047,90	11.872.865,70	9.130.986,20
2006	1.483.954,00	5.923.236,20	-4.439.282,20	21.374.414,70	6.005.315,50	15.369.099,20	10.929.817,00

Fonte: COISE/CGPRO/SAP/SUFRAMA

Os cenários de desenvolvimento econômico do Amazonas e os incentivos da ZFM, considerando a sua história, especialmente para o setor secundário da economia, ainda serão os componentes fundamentais de quaisquer estratégias de desenvolvimento para o Estado. Nos últimos 35 anos, a acumulação no setor produtivo industrial incentivado comandou o crescimento econômico, impulsionando a expansão dos serviços, do comércio, da agricultura e da base tributária pública.

A construção de uma estrutura industrial mais competitiva para o Pólo incentivado, permitindo que em futuro próximo seja menos dependente dos estímulos fiscais, passou a exigir nova postura do Governo. De uma atitude passiva em relação ao ingresso de capitais, dependente da demanda espontânea dos investidores, por outra pró-ativa, exigiu o uso de novos instrumentos que aos poucos passaram a transcender os incentivos fiscais, numa abordagem setorial seletiva, focada no alcance de maiores encadeamentos horizontal e vertical intra-pólo industrial, no aumento da capacidade de exportação e na atração de investimentos estratégicos para a consolidação do Pólo de componentes.



A configuração do novo padrão de desenvolvimento do Estado do Amazonas não poderia ficar agregada somente aos segmentos produtivos incentivados. Os setores produtivos que beneficiam insumos regionais, voltados para o mercado regional de consumo, passaram a merecer papel relevante. Estão sendo desenvolvidas indústrias que permitem o beneficiamento de matérias-primas regionais, como o madeireiro, dendê, pescado, produtos medicinais da nossa flora, cosméticos, aromáticos, corantes e inseticidas naturais e com especial atenção à exploração de produtos extrativistas como o gás, a silvinita, bauxita, ouro, nióbio, e etc.

As políticas públicas processadas nesse Governo passaram a visar à expansão de novos pólos industriais, como o Pólo Moveleiro e os novos processos produtivos em desenvolvimento com a transformação da matriz energética vinda do gás natural de Urucu, permitindo a instalação de novos empreendimentos.

Os processos produtivos no Amazonas passam a exigir a necessidade da expansão de novos modelos de produção, cuja implantação e difusão tecnológica serão peças centrais apropriadas ao desenvolvimento da agricultura e ao uso sustentável dos recursos naturais. Já existem estudos que permitem melhor conhecimento do mercado nacional e internacional, de modo a ofertar produtos adequados às suas exigências, buscando criar diferenciações ao produto amazônico.

Todos esses complexos produtivos passam a integrar uma estratégia mais ampla de exploração dos recursos naturais do Amazonas numa ótica ecologicamente sustentável. Já estão sendo desenvolvidos esforços para a reorientação tecnológica e organizacional dos setores industriais tradicionais, com elevada experiência acumulada na região e disponibilidade de demanda regional de seus produtos.

As políticas industriais implementadas pelo Governo do Amazonas devem criar ambiente propício ao fortalecimento e expansão das micro e pequenas empresas. O Governo criou um amplo campo de expansão das micro e pequenas empresas. Existem cenários favoráveis de atuação para esse segmento empresarial, particularmente no beneficiamento de insumos regionais, atendendo o mercado consumidor local, regional, nacional e internacional.

Existe uma percepção clara de que as micro e pequenas empresas industriais têm reduzido ciclo de vida em razão de deficiências gerenciais, falta de crédito, desconhecimento do mercado, custos tributários elevados, baixa produtividade e dificuldades tecnológicas que fazem hoje o diferencial competitivo. Esse problema no atual

Governo tem sido reduzido, ou até mesmo eliminado, mediante a criação e aperfeiçoamento de mecanismos que geram um ambiente propício a essas empresas na realização de investimentos, via Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM, grande parceira nesse segmento.

As micro e pequenas empresas são a variável-chave nas políticas e estratégias desse Governo, assumindo papel crucial na geração de emprego e renda e na desconcentração espacial da indústria, fortalecendo o capital amazonense.

A política de desenvolvimento do Estado do Amazonas está fortemente integrada às políticas de desenvolvimento nacional, respeitando as características locais, e comprometidas com as mudanças que podem propiciar a expansão dos setores produtivos no Estado.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO AMAZONAS

O crescimento econômico no Amazonas sempre apresentou uma concentração de resultados na capital, em razão do Pólo Industrial de Manaus. No entanto há uma tendência de maior participação do interior na economia do Estado. Graças às novas ações de políticas públicas que o Governo tem implantado como modelo econômico para o Estado. O Governo ampliou a política de incentivos para o Pólo Industrial de Manaus e aqueceu a economia do Interior com o Programa Zona Franca Verde, dando oportunidades e abrindo novos horizontes para o homem do interior, gerando trabalho e renda. Mas o estado precisa ir além das expectativas e procurar desconcentrar cada vez mais a economia amazonense.

Nos últimos quatro anos, o Estado tem apresentado uma significativa taxa de crescimento econômico, refletindo, positivamente, na arrecadação de tributos, em todos os níveis e na renda PIB/per capita local, especialmente no período de 2003 a 2006, conforme mostra a tabela:

PIB Per Capita por Ordem Crescente – Base 2003

(estimativa média)

ANO	POPULAÇÃO	RENDA PER CAPITA	% CRESCIMENTO
2003	3.031.068	9.100,31	00%
2004	3.148.420	11.434,16	25%
2005*	3.232.330	12.308,66	35,25%
2006*	3.311.026	12.765,10	40,11%

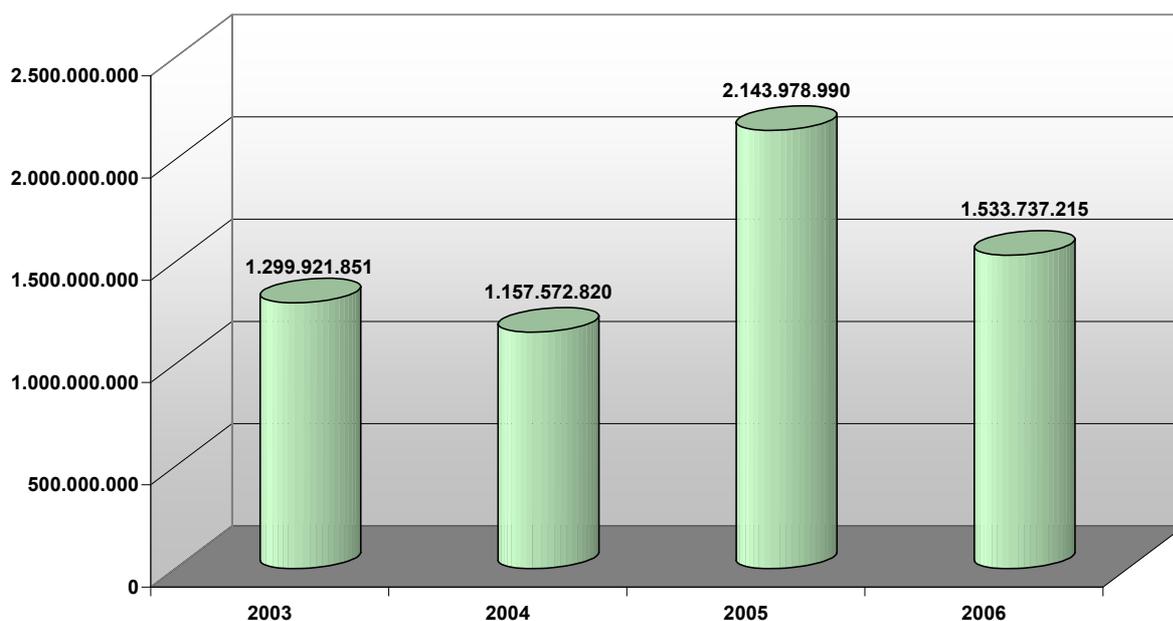
FONTE: DEPI/SEAP/SEPLAN – IBGE
(*) Dados Estimados para 2005 e 2006

Nesse sentido as políticas de desenvolvimento que irão refletir nos cenários econômicos para a gestão do PPA 2008 – 2011 estão sendo pensadas na organização produtiva das riquezas potenciais existentes no interior do Estado, aperfeiçoando mecanismos de política regional, que serão pautados em um processo de seletividade. Elegendo prioridades e concentrando esforços, provendo as localidades produtivas de infraestrutura necessária ao desenvolvimento, processando, dessa forma, a superação dos desequilíbrios infra-regionais e das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que deve ser potencializado o Pólo Industrial de Manaus.

No PPA 2008 – 2011 o Governo do Estado do Amazonas passa a traçar estratégias de médio e longo prazo, com os objetivos de desenvolver harmoniosamente o Estado, com crescimento ambientalmente sustentável, promovendo a inclusão social e a desconcentração de renda, com o crescimento das oportunidades de trabalho, emprego e renda, oportunizando o consumo de bens por uma parcela maior da população, provocando o aumento da produtividade e com isso a inclusão social de comunidades tradicionais e seus atores sociais – caboclos, ribeirinhos e índios, para que possam participar da riqueza coletiva, sem agressão ao meio ambiente.

Considerando o cenário de crescimento que vem acontecendo na economia brasileira, a inserção da economia amazonense neste processo, deve ocorrer pelo esforço do PIM e pela consolidação da produção esperada do interior. Desse modo, a atuação do Governo do Amazonas passa a estabelecer programas para que, no período 2008 – 2011, as exportações do Estado cresçam em termos absolutos e ampliem sua participação no montante exportado pelo país, conforme se registra na tabela a seguir:

Evolução das Exportações do Amazonas US\$ 1,00 no período de 2003 a 2006



Fonte: SECEX/MDIC

A inclusão das atividades econômicas do interior e das micro e pequenas empresas nos circuitos comerciais do Estado, do país e do exterior, irão propiciar a geração de emprego e renda e, com isso a inclusão social esperada, constituindo também um mercado interno mais robusto dentro de suas fronteiras e contribuindo para a redução das desigualdades interpessoais e entre sub-regiões do Amazonas.

A reorientação produtiva do Estado do Amazonas, em bases sustentáveis, passa a requerer três processos diferenciados, considerando a complexidade e determinado prazo para a sua efetivação. O primeiro, deve considerar a renovação tecnológica inovadora que influenciará na dinamização de atividades inovadoras e adaptadas. O segundo processo se refere ao desenvolvimento e implantação de novos ramos de atividades de grande potencial econômico e elevada sustentabilidade ambiental, tendo como exemplo a bioindústria e o ecoturismo. O terceiro processo traz como referência a dinamização dos processos produtivos dos recursos naturais, como o gás e os recursos hídricos que possibilitaram a mudança da matriz energética necessária para a expansão do processo produtivo.

FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

O financiamento deverá ser uma ferramenta para a redução de desigualdades, priorizando os pequenos e médios produtores, promovendo uma distribuição de recursos mais justa e equânime entre estes, devendo, inclusive, incorporar tecnologias de produção, sendo necessário implementar, de forma simultânea, a capacitação profissional adequada aos processos produtivos.

Incorpora-se ainda a esse processo a distribuição dos recursos fiscais e creditícios, considerando as normas de zoneamento e do uso adequado do solo com absoluto respeito à legislação ambiental, valorizando as cadeias produtivas localizadas, agregando a esse processo a promoção da sustentabilidade.

O financiamento de agências estrangeiras deverá ser utilizado em programas que tenham como ação prioritária a preservação do meio ambiente, como forma de assegurar a proteção dos ecossistemas e a manutenção da qualidade ambiental no nosso Estado, potencializando planos de manejo para os recursos naturais com especial destaque para a floresta, os hídricos, o extrativismo mineral, o licenciamento, a fiscalização, o monitoramento, o controle ambiental e a expansão das unidades de conservação e sua respectiva demarcação.

A definição de áreas estratégicas de conservação e de preservação dos recursos naturais irá considerar as condições ambientais e as características socioeconômicas de cada espaço considerado.

A linha de financiamento a ser adotada para o crescimento e desenvolvimento estratégico pretendido para o Estado do Amazonas, deve considerar a mudança do modelo

econômico que se pretende para o Estado, devendo seguir os objetivos, diretrizes e desafios traçados para o período 2008 - 2011.

Quando o Governo se propôs a ouvir as demandas sociais, os resultados passaram a indicar uma nova era que passa a ter a sua sustentação nas verdades emanadas da consulta à sociedade, realizada no período de maio do corrente ano nos 13 Pólos de Desenvolvimento do Estado, perfazendo um total de 62 municípios consultados.

Nas novas orientações emanadas da consulta à sociedade e nas diretrizes traçadas pela orientação de Governo, serão estabelecidos os rumos e as orientações que almejamos para a implantação e implementação de um Estado melhor e mais forte, tornando-se capaz de explorar as suas potencialidades e usar suas riquezas para a promoção e a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

Com base nessa nova realidade, o PPA 2008 - 2011 articula-se com a sociedade em uma série de projetos essenciais à educação, à saúde, à habitação e ao saneamento básico que, juntos, irão demandar substanciais investimentos do orçamento do Estado, que espera contar com as parcerias da sociedade organizada e da iniciativa privada, consolidando, dessa forma, a estrutura necessária ao desenvolvimento pretendido.

Estão previstos investimentos do setor público para os anos de 2008 – 2011 em projetos de energia, saneamento básico, saúde, educação, tecnologia, segurança, comunicação, moradia, esporte, cultura e lazer, infra-estrutura e outros de significativa importância, em geral considerados essenciais para a manutenção do crescimento e desenvolvimento, agregando-se a esse processo a modernização da gestão pública do nosso Estado para a oferta dos serviços públicos de qualidade à população.

Os programas, projetos e empreendimentos foram diagnosticados e concebidos na expectativa de um processo de mudanças que já está acontecendo, envolvendo de um lado, o cidadão como o grande beneficiário do sistema e, de outro, o Estado e o setor produtivo num processo integrado para as mais diversas soluções no campo social, econômico, político e ambiental.

No campo do desenvolvimento econômico, o governo pretende gerar mais postos de trabalho e renda para a maioria dos amazonenses que estão na faixa etária de força produtiva, no intuito de minimizar as injustiças sociais; tendo como metas principais de nosso Governo a melhoria da qualidade dos serviços públicos, com implantação de sistemas

de qualidade e com especial atenção às áreas de educação, saúde, segurança pública, infra-estrutura e preservação do meio ambiente.

Na equação entre as necessidades e os recursos, os programas, as ações e os projetos demandados da sociedade e conciliados pelo Governo, portanto acatados tecnicamente e exequíveis politicamente, vão contribuir, de forma decisiva, para a redução gradativa das desigualdades hoje existentes.

Os investimentos destinados à educação serão orientados para permitir que o ensino fundamental, até 2011, facilite o acesso a todos, tendo como principal meta a total inclusão de jovens de 7 a 14 anos nesse nível de ensino. Aos jovens de 14 anos em diante, será feito todo o esforço possível para a sua conclusão no ensino médio, ao mesmo tempo em que está prevista a eliminação do analfabetismo, na faixa de 15 a 30 anos.



Na saúde, no período de 2003 a 2006 foram feitos vários investimentos, mas ainda aquém da demanda emergente. Para o período do PPA 2008 – 2011, as demandas da sociedade indicam a necessidade de garantir a expansão e a qualidade dos serviços ofertados à população, na área preventiva e curativa, especialmente aos mais carentes, por meio da construção e/ou reforma de hospitais, os quais deverão ser equipados para o atendimento de média e de alta complexidade, principalmente nos Pólos: reforma e/ou construções de novos postos de saúde devidamente equipados; expansão nos programas de atuação de equipes de agentes de saúde comunitário, capacitados e orientados para a prestação de um serviço preventivo e curativo, bem como da aquisição de medicamentos essenciais à saúde da população e, principalmente, a permanência de uma equipe biomédica e odontológica residente.

Na área habitacional, o PPA, pretende minimizar as necessidades de moradia das famílias de baixa renda, com a construção de moradias populares de qualidade, projetando-as e localizando-as adequadamente.

No saneamento básico, o atendimento de água potável em todos os municípios, bem como a rede de esgoto e o lixo coletado e processado, é um anseio e um direito da

sociedade que o Estado irá cumprir, com a expansão das redes correspondentes. As áreas de saúde pública, água tratada, rede de esgoto, coleta regular de lixo e devida destinação, reduzem a incidência de doenças responsáveis pela morte de milhares de pessoas e de grande parte de internações hospitalares.

O investimento em saneamento e moradia, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas mais carentes, tem refletido, também, no impulso da economia, com a indústria da construção sendo acionada para atender as demandas requisitadas, utilizando uma massa significativa de mão-de-obra, gerando emprego e renda nos locais onde são deflagrados os investimentos.

É consenso geral que a economia desenvolvida em um ambiente favorável ao crescimento e desenvolvimento, é dependente de uma infra-estrutura capaz de suportar as demandas produtivas. Os transportes, a expansão de produção da energia, especialmente a energia limpa, a telecomunicação, incluindo telefonia celular, aeroportos, portos e hidrovias, rodovias, gasodutos, estradas vicinais, créditos para a implementação dos processos produtivos, foram identificados nas demandas da sociedade consultada e, com as orientações estratégicas do Governo, eleitos como problemas urgentes que deverão ser sanados. Os investimentos para essas áreas têm seu grau de importância no desenvolvimento socioeconômico.

Os investimentos que serão realizados na melhoria e ampliação da infra-estrutura provocarão profundas transformações na economia do Estado, especialmente no interior, onde novas e extraordinárias oportunidades terão efeitos positivos para o desenvolvimento de todo o Amazonas, na geração de trabalho e renda.

No setor energético, os investimentos serão ampliados e necessários para atender as demandas em constante crescimento, bem como a urgente mudança da nossa matriz energética para o gás e novas alternativas compatíveis a cada região, permitindo a instalação de novos processos produtivos com aproveitamento dos insumos locais, aumentando a oferta de emprego e renda. Nesse processo o Estado conta com efetiva participação do setor privado como parceiros necessários à efetivação do desenvolvimento pretendido.

A dimensão territorial do Estado do Amazonas é um desafio que o setor de telecomunicação deverá vencer, com a implementação da extensão da rede de telefonia fixa, telefonia pública, telefonia celular e uma rede especializada de telecomunicação de dados e imagens para a saúde, a segurança pública e a educação. Nesse campo o Estado

pretende estabelecer sinergia com a iniciativa privada contando com investimentos significativos para vencer o desafio das comunicações no Estado.

A era da informação e da tecnologia em que a sociedade está submetida, exige esforço especial de modernização e expansão dos serviços de comunicação, permitindo e facilitando as relações sociais e comerciais, gerando negócios na região, no Estado, no país e no mundo.

Quanto aos nossos recursos hídricos, o Estado do Amazonas é o grande detentor de reservas de água que, nesse século, em razão da escassez do produto e do desperdício, será o bem mais precioso à sobrevivência da vida no planeta.

Esse produto natural, imensurável, é uma dádiva da natureza a qual garante ao Estado e ao seu povo o domínio do bem mais cobiçado num futuro próximo, em toda a humanidade. O Governo do Estado, por meio de políticas orientadas pelo Conselho de Recursos Hídricos, irá construir programas e projetos capazes de aperfeiçoar o uso desses recursos sem desperdício, registrando cenários da exploração econômica rentável. Nesse sentido o Estado conta com a parceria privada para a consecução desse objetivo.

A informação e o conhecimento, incorporados à produção de bens e serviços, torna-se na sociedade moderna um fator indispensável para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da nossa população. As demandas de informações colhidas junto à sociedade sinalizam para a necessidade de capacitação profissional dos nossos jovens e adultos; capacitação essa destinada à aplicação nos processos produtivos locais, e em âmbito mais avançado, para a pesquisa tecnológica e a difusão do conhecimento, especialmente o da realidade regional. Nessa perspectiva será destinada ao desenvolvimento da pesquisa e preparação de pessoal especializado para efetivação dos programas e suas respectivas ações.

De forma efetiva, isso significa oferecer profissionais mais qualificados para a área da agricultura, da pesca, da agroindústria, do turismo, da indústria com tecnologia de ponta no Pólo Industrial de Manaus e do aproveitamento dos nossos produtos regionais. Implica investimentos em pesquisa, na descoberta de novas tecnologias de produção, na melhoria do beneficiamento dos produtos naturais, vegetais e animais existentes no Estado. A escolha dos investimentos em conhecimento e tecnologia possuem uma dimensão estratégica ímpar para o nosso Estado, com grande diversidade de recursos naturais, trazendo benefícios inigualáveis à biotecnologia.

É nessa perspectiva que, por certo, deveremos ter uma sociedade mais justa, a qual proporcione melhores oportunidades para todos os cidadãos e que possa crescer e se desenvolver com justiça e paz social, sob as bênçãos de Deus, sendo esse o cenário que todos desejamos.

INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – tem mostrado mais baixo nos estados da região Norte (0,727) em relação ao conjunto dos estados do Brasil (0,830). Esse índice decorre do intenso e acelerado processo de urbanização verificado na nossa região, o que não é diferente no nosso Estado, fato que implica o fortalecimento da capacidade de planejamento e da execução das políticas públicas, relacionadas, principalmente, à gestão ambiental em áreas urbanas prioritárias, como é o caso singular da cidade de Manaus.

A correção das deficiências apresentadas nesse processo pôde promover o potencial de inclusão social, que deverá ser conseguida por meio de melhorias em educação, infraestrutura e serviços urbanos.

No interior do Estado, considerando as sugestões colhidas da consulta à sociedade, a inclusão social deverá ser efetivada por meio da geração de trabalho e renda sem perder de vista o processo de sustentabilidade.

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

As lições de um passado recente devem ser o fio condutor do novo padrão de investimentos em infra-estrutura, quando se tem uma proposta de trilhar novos caminhos. As decisões de investimento deverão expressar consensos, construídas a partir da cuidadosa avaliação de alternativas, devendo obedecer às restrições impostas pela legislação e, também, pelas diretrizes que se encontram no zoneamento ecológico e econômico, considerando a territorialidade, os impactos econômicos para os segmentos que se pretende alavancar e os benefícios sociais diretos e indiretos representados pela inclusão social e cidadania.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO AMAZONAS

O Índice de Desenvolvimento Humano tem sido encarado como uma questão de desenvolvimento social nos programas de âmbito mundial que incluem a região Norte do país como um dos espaços críticos visto sob esse aspecto que, combinado com outros parâmetros de abordagem, passa a ser o indicador para aferição de desenvolvimento social na região.

Os dados que revelam a situação do IDH no Estado do Amazonas, no período de 1991 a 2000, apontam, fundamentalmente, para o fato de que o desenvolvimento implica a interiorização ampla e efetiva das ações de Governo, agregando-se à iniciativa privada nos seus programas de responsabilidade social.

No Estado do Amazonas, o Governo vem fazendo o seu papel na definição de políticas públicas com foco na redução das pobrezas, promovendo, gradativamente, a inclusão social, interiorizando o processo de desenvolvimento econômico, na indução do setor privado, no aproveitamento dos recursos naturais, transformando-os em bens de produção, ampliando a interiorização da Universidade do Estado do Amazonas, com o aumento da massa crítica pensante e reflexiva sobre os problemas locais e regionais, interpretando, refletindo e propondo novas soluções.

Os aspectos aqui considerados espelham uma estratégia de desenvolvimento que vem se consolidando com a melhoria na infra-estrutura, na área de saúde preventiva, na habitação, saneamento, lazer e transporte, com reflexos profundos na área social.

A perspectiva é de que o IDH, em vários municípios tenha significativo crescimento no período de tempo considerado (2004 – 2007), ampliando, desta forma, o índice médio do Amazonas.

A capacidade implantada das instituições estaduais e federais sobre a realidade científica da biodiversidade do Estado passa a ter uma articulação satisfatória entre essas instituições e as ações do governo, graças à criação da Secretaria de Ciências e Tecnologia e da Fundação de Amparo à Pesquisa, que passam a assumir um papel relevante, como

articuladores da política científica sobre as nossas realidades, trazendo diagnósticos que passam a amparar as propostas de políticas públicas para o desenvolvimento do Estado.

O PAPEL DA MULHER NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO AMAZONAS

Em todos os diagnósticos sobre o desenvolvimento humano no plano mundial e nacional têm sido marcantes as referências à condição da mulher como elemento estratégico a ser considerado nos programas de estímulo ao desenvolvimento. Isso porque a mulher tem-se destacado como a principal agente de sustentabilidade e da garantia de que os programas voltados para as populações e comunidades locais terão sua aplicação melhor assegurada.

No Estado do Amazonas, a situação da mulher na maioria dos municípios, é partícipe na imagem da sociedade e da economia do Estado, visto que a população feminina na maioria dos municípios é praticamente menor do que a masculina, indicando, à primeira vista, a existência de processos migratórios que envolvem, de forma evidente, a maior migração de mulheres para a capital.

População Residente, segundo o sexo nos Municípios do Amazonas – 2006

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE	
	HOMENS	MULHERES
Manaus	823.273	865.251
Parintins	57.677	54.958
Manacapuru	43.896	41.646
Itacoatiara	42.019	39.658
Tabatinga	22.942	22.145
Humaitá	14.896	13.613
São Gabriel da Cachoeira	17.975	16.853
Barreirinha	14.310	12.758
Presidente Figueiredo	13.468	11.314
Pauini	8.794	8.334
Ipixuna	9.296	8.508
Uarini	7.106	6.625
Atalaia do Norte	5.997	5.526
Silves	4.984	4.295
São Sebastião do Uatumã	4.765	4.274

Fonte IBGE

Os números acima registrados indicam um desequilíbrio com conseqüências, quando a mulher passa a ser reconhecida como o agente fundamental para o desenvolvimento dos programas destinados à sociedade, além de revelar a necessidade de algumas ações que devem ser orientadas para a valorização da mulher nas comunidades que a constituem. Os programas de trabalho, emprego e renda, do Estado, estão presentes em todas as ações de Governo e são permanentes essa necessidade.

Nessas ações podemos mencionar a implementação de diferentes programas de prevenção à saúde e outros aspectos que envolvem a mulher na educação, turismo, desenvolvimento sustentável, produção, comércio e serviços.

A dinamização das cadeias produtivas já está sendo uma realidade, em razão da reestruturação em sua base produtiva, sustentada em grande maioria pela força produtiva da mulher. Entre os setores econômicos com capacidade de inclusão social já mencionado, os fortalecimentos de cadeias produtivas devem envolver a agricultura familiar, onde a mulher possui uma participação ativa na produção e comercialização dos produtos regionais.

No Programa Zona Franca Verde, a participação da mulher implica sua inclusão econômica e estratégica na sua malha produtiva, colaborando para a alternativa econômica do modelo Zona Franca de Manaus. O Programa ZFV já vem desenvolvendo, no interior do Estado, com a participação efetiva da mulher novas atividades produtivas integrando-se ao complexo econômico-social do Amazonas.



EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE MUDANÇA.

A educação se apresenta como um fator estratégico quando se pensa em desenvolvimento. No caso específico do Estado do Amazonas, percebe-se que o crescimento no campo da educação, em especial no ensino fundamental, médio, alfabetização de jovens e adultos e programas de capacitação continuada promovida pela Universidade do Estado do Amazonas tem contribuído para melhorar o perfil da educação no Estado com resultados positivos na infra-estrutura de desenvolvimento humano e profissional do setor.

A adequação da infra-estrutura escolar de cada município com vistas a atender as necessidades mais urgentes e mais críticas, especialmente na adequação do processo educacional voltado à formação da cidadania e no preparo do jovem para o mercado de trabalho, estimulou o governo em investir no aparelhamento das escolas, na criação e modernização das bibliotecas e na inclusão digital que se estende ao uso comunitário.

O crescimento da população escolar na rede pública de ensino, considerando o ano de 2003 até 2006, tem sido de 8,95%, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro de Evolução de Matrículas nas Escolas da Rede de Ensino Público do Amazonas.

NÍVEL DE ENSINO	2003	2006
Fundamental	701.825	754.517
Médio	153.972	155.102
Educação de Jovens e Adultos	88.940	119.730
Total	944.737	1.029.349

Fonte: SEDUC.

Considerando o diagnóstico feito em cada município sobre a estrutura educacional e cultural existente, foi possível, de forma gradativa, dotá-los de todos os serviços que devem estar, democraticamente, disponíveis a todos os cidadãos, em especial aos jovens que devem dispor de oportunidades de se formarem como cidadãos plenos, passando a fazer parte do processo de inclusão social.

No caso específico dos jovens, é absolutamente necessário que tenham as condições socioeconômicas básicas para se manter na escola e prosseguir nela até a formação superior, sem necessitar sair de seus respectivos municípios. Da mesma forma estão sendo disponibilizados sistemas de internet, TV via satélite, bibliotecas atualizadas e

informatizadas, auditórios, para apresentações polivalentes, enfim, acesso aos meios de informação e formação cultural sem os quais sua cidadania estaria comprometida.

CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL QUE ATUA NA EDUCAÇÃO.

Quando se fala em educação, o primeiro aspecto a ser considerado é o nível de capacitação docente, possibilitando a sua formação contínua, que hoje é uma realidade, com a interiorização do ensino superior através da Universidade do Estado do Amazonas, a qual se faz presente em 13 municípios, envolvendo gradativamente todos os outros municípios, além de contar com a presença da Universidade Federal do Amazonas, com seu programa de instalações de Campus no interior. A interiorização do ensino superior, feito pela Universidade do Estado do Amazonas, passou a modificar a forma de ser, pensar e agir da população beneficiada pelos cursos realizados, visto que passam a influenciar no comportamento da sociedade local, tornando-a crítica, reflexiva, responsável e cooperativa.

A INTERIORIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ESTADO

Os programas do Governo do Estado para o desenvolvimento humano mantêm como objetivo a atenção aos municípios, especialmente àqueles que se encontram, ainda, em situações menos vantajosas. Nessa perspectiva, os programas integrados de ações de governo resultam em efetiva reorientação no processo de urbanização, tendo como horizonte a descentralização do impacto demográfico sobre Manaus, o que ocasionou um esvaziamento do interior e uma concentração excessiva, na capital, das oportunidades de ocupação em todos os níveis, assim como das estruturas produtivas e de serviços das grandes e modernas cidades que tendem a exercer influências sobre populações. Isso significa dizer que os programas de urbanização e modernização das sedes dos municípios e a efetivação dos programas de trabalho, emprego e renda, devem priorizar sua concentração nas cidades e localidades do interior do Estado.

NOVAS PERSPECTIVAS PARA O SETOR AGRÍCOLA E EXTRATIVO

O Amazonas até o ano de 2002 apresentava uma agricultura atrasada e de baixa produtividade em razão das insipientes políticas para o setor, fator responsável pelo empobrecimento da população e o êxodo rural.

Com a implantação do Programa Zona Franca Verde, essa realidade vem sendo revertida a partir de estímulo de um setor agrícola e extrativo próspero e fortemente

articulado com o mercado, que vem resultando na melhoria real das condições de vida das populações rurais, rompendo, de forma gradativa, com a situação de pobreza e crise estrutural que acontecia no passado próximo.

Passaram a existir diversas perspectivas promissoras, considerando o potencial da biodiversidade do Estado que vem possibilitar uma estrutura farmaco-agrícola, revelando o desenvolvimento de vocações promissoras, como a exploração da fruticultura tropical, que vem se tornando a base do surgimento da agroindústria a partir dos produtos regionais.

O despertar dessa potencialidade exigiu que o governo passasse a implantar uma infra-estrutura urbana e rural capazes de receber instalações, serviços modernos, gerando uma quantidade considerada e crescente de trabalho, emprego e renda, entre os quais devemos mencionar:

- O serviço de educação em todos os níveis, com novas propostas de adequação ao processo educativo para as potencialidades econômicas locais;
- Implantação de indústrias de pequeno e médio porte, que passaram a utilizar matéria-prima regional para o seu processo produtivo;
- Implantação e implementação da infra-estrutura comunitária como centros integrados de educação física, desporto e cultura, bibliotecas, equipamentos de comunicação com serviços de rádio, TV, internet todos capazes de produzir bens de serviços necessários ao município, contribuindo para romper o subdesenvolvimento cultural e tecnológico que estava existindo.
- Adotar novas tecnologias que permitam uma melhoria na logística de transporte de pessoas e produtos, melhorando as comunicações intermunicipais, propiciando o dinamismo requerido da vida econômica e melhorando, de forma considerável, a existência das populações. Há de se considerar que a questão de transporte e comunicação está relacionada com o processo de integração estadual, nacional e internacional, à medida em que são investidos recursos para que, efetivamente, os programas, projetos e atividades, nesse campo, passem a acontecer.

O MEIO AMBIENTE

O processo de produção e reprodução da natureza no espaço territorial do nosso Estado, constituem em uma referência emblemática para o Brasil e para o Mundo. Na realidade a flora e a fauna que ocupam o espaço geográfico do Estado do Amazonas,

possuem um papel relevante no processo de estabilização termodinâmica do nosso planeta, contribuindo, decisivamente, com o resfriamento do planeta. O que demonstra a imensurável importância deste Estado, no processo de minimização dos impactos das variações climáticas na Terra.

Na percepção dessa importância, o Governador do estado, Dr. Eduardo Braga, antecipando-se aos relatórios sombrios do IPCC, que projetam um futuro assustador para o nosso planeta. Assinou o Decreto n 26.561 de 25 de Abril de 2007, que estabelece critérios no estabelecimento de política estadual voluntária de mudanças climáticas, conservação da floresta, eco-economia e de neutralização das emissões de gases causadores do efeito-estufa, e que de forma inteligente, articula-se com uma política de desenvolvimento sustentável, promovendo o crescimento econômico tendo como centro desse processo o respeito a vida no planeta e especialmente a do ser humano no espaço amazônico.

A Lei sobre Mudanças Climáticas, objeto do decreto supra mencionado, ao propor uma matriz de desenvolvimento para o Amazonas, que se fundamenta na preservação das arquiteturas e das estruturas mecânicas dos biomas amazônicos, e que se materializa por meio da remuneração ao Estado pelos serviços de preservação ambiental que passa a prestar ao mundo, projeta uma nova perspectiva econômica e social, intencionalmente dimensionada para a melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas.

O PPA 2008 – 2011, não poderia omitir os princípios estruturantes para a implantação das inovadoras plataformas tecnológicas de natureza ambiental, com fins sócio-econômico, dos serviços ambientais remunerados pelo Programa Bolsa Floresta, que tem como meta atingir 60 mil famílias das unidades de conservação do Estado, até 2010.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Na perspectiva de alcançar os cenários pretendidos para o Estado do Amazonas, o Governo vem adotando, desde 2003, uma postura ativa, tendo como ponto de partida o desenvolvimento das atividades de planejamento que possibilitem, de forma qualitativa, a intervenção governamental no sentido de otimizar a aplicação dos recursos públicos e ampliar a transparência de suas ações.

O Governo tem buscado uma nova forma de inserção da economia amazonense no mercado interno e externo, potencializando os recursos naturais, a produção local, tendo em vista a necessidade de compatibilizar a política de desenvolvimento regional com as novas exigências de mercado.

Nesses últimos 4 anos, o Governo passou a configurar uma nova geografia econômica para o Estado, tornando a sua base econômica competitiva, descentralizada, diversificada e com maior grau de internalização da renda gerada dentro de suas fronteiras. Essa nova configuração passou a ser desenhada considerando: a) a globalização da economia; b) a capacidade de novas vantagens competitivas que passaram a permitir a inserção da cadeia produtiva em segmentos estratégicos no desenvolvimento local; c) o aumento de sinergias horizontais e verticais ao longo das cadeias setoriais; d) a estruturação de engenharias de capitalização e financiamento e novas formas de fomento à pesquisa e desenvolvimento regional.

A arquitetura mencionada deve priorizar a imensa riqueza natural do Estado, valorizando a questão ecológica a qual hoje compõe a agenda geopolítica global, possibilitando a mercantilização da natureza de forma ecologicamente sustentável e com profundos reflexos para a economia local.

SETOR AGROPECUÁRIO

O fortalecimento das diversas formas de organização dos produtores tem sido de fundamental importância para o êxito das políticas de governo voltadas para o setor

agropecuário. Nos últimos anos, observou-se não apenas o crescimento destas organizações, bem como o aumento do apoio governamental na assistência técnica e extensão rural às mesmas. No quadro a seguir, demonstram-se alguns benefícios ofertados.

Resultados Alcançados – 2002 – 2006

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	CRESCIMENTO % 2002 / 2006
Unidades Locais	29	39	44	46	64	120
Produtores Rurais	35.022	43.933	54.744	58.423	64.888	85
Pescadores	2.819	4.437	6.988	6.925	7.839	178
Famílias Rurais	17.303	14.388	24.060	30.738	31.486	81
Cooperativa/nº de participantes	13/ 622	19/ 1.064	25/ 1.292	24/ 2.053	31/2.100	138/ 237
Associações/ nº de participantes	417/ 11.261	510/ 14.199	628/ 15.891	665/ 19.488	668/ 20.863	60/ 85
Comunidades Rurais	794	1.078	1.443	1.532	1.739	119
Sindicatos/nº de participantes	08/ 2.580	13/ 3.637	28/ 5.936	28/ 5.131	29/ 5.849	262/ 126

Fonte: IDAM

Embora se considere que o setor agropecuário se defronta com alguns problemas que possam estar dificultando o seu desempenho em um passado próximo, há de se considerar que a inserção de novas tecnologias do processo produtivo, projetando o desenvolvimento sem que haja qualquer tipo de degradação ambiental no processo de roçado e colheita, a expansão de instalações para armazenamento, o escoamento da produção com o aumento de capacidade de transporte fluvial e rodoviário, melhor organização dos produtos e a existência de uma política efetiva de crédito de fácil acesso, melhorando o valor agregado ao produto, tem sido a marca do segmento agropecuário no período.

A agricultura familiar que ainda se constitui a grande base produtiva no setor, tem procurado superar a chamada cadeia de intermediação e conseguido colocar seu produto diretamente no mercado, com a ajuda de programas de governo que passaram a facilitar esse trâmite. A produção familiar começou a fazer suas alianças nas bases de cooperativas que foram estimuladas pelo Governo do Estado, por meio do Programa Zona Franca Verde, que proporciona a orientação necessária, de ordem técnica e econômica para a melhoria desse segmento, onde os produtores organizam toda a sua estratégia de produção e de sobrevivência, de acordo com o ambiente de várzea e terra firme. Dessa forma toda a sua cadeia produtiva tem uma sintonia com o meio ambiente.

Outra característica é a pluriatividade que compreende a prática de atividades agrícolas e não-agrícolas na unidade produtiva. A produção familiar trabalha com um diversificado elenco de produtos, cultivados nas unidades produtivas, seja para subsistência ou para o mercado, incluindo produtos alimentares, como frutas, olerícolas, pescado, matéria-prima para a indústria, produtos extrativistas vegetais e minerais e alguma pecuária familiar de auto-sustentação. Observa-se ainda que a renda familiar está sendo complementada com a participação em atividades nas funções públicas (de Magistério e Agentes de Saúde), fabricação de pães, artesanato, produção de cosméticos, construção de canoas e embarcações, que são componentes importantes na renda familiar.

Na produção vegetal de culturas industriais, destacam-se, por exemplo, a produção de fibras como a malva e a juta por conta da melhoria do preço pago ao produtor pelo kilo da fibra beneficiada, que passou de R\$0,68/kg na safra de 2002/2003 para R\$1,35/Kg em 2005/2006.

A produção do açúcar mascavo cresceu de 2.200 t do produto em 2002 para 3.299 t em 2006, representando um incremento de 49,95%. Na agroindústria de palmito, o Amazonas possui hoje uma área cultivada de 4.000 hectares com pupunheira, para a produção de palmito e frutos. O Governo do Estado vem apoiando a comercialização com a revitalização da indústria de Jauari, em Barcelos e Tapiré, em Iranduba.

Quanto à produção de farinha de mandioca, o Governo do Estado patrocinou investimentos para a instalação de 3 agroindústrias de fabricação de farinha nos municípios de Borba, São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant e Lábrea.

O quadro a seguir mostra o crescimento das áreas plantadas e produção das culturas industriais no Estado.

DISCRIMINAÇÃO	2002		2006	
	ÁREA (HÁ)	PRODUÇÃO t.	ÁREA (HÁ)	PRODUÇÃO t.
Pupunha	4.351	947 t. Palmito	4.220	902 t.
Juta/malva	8.552	12.500 t. fibras	13.774	24.679 t. fibras
Cana de açúcar	5.535	292.358 t. cana	6.071	294.995 t. fibras
		2.230t. Açúcar Mascavo		3.299t. Açúcar mascavo
Guaraná	9.525	498 t	7.532	704 t
Café	5.496	5.009 t	5.503	5.438 t
Mandioca	84.286	218.406t farinha	95.851	290.011 t farinha
Pimenta do reino	98	153 t	159	334 t
Urucum	64	70 t	85	84 t
Cacau	236	70 t	897	597 t
Sistema agroflorestal	485			
Total	118.626	-	135.125	-

Fonte: IDAM

Existe ainda a perspectiva de melhoras nesse segmento, envolvendo os seguintes aspectos:

- Organização dos produtores em cooperativas assistidas, promovendo a organização produtiva e a interlocução entre produtores e mercado;
- Adequação de linhas de créditos que facilite o acesso aos pequenos produtores;
- Capacitação dos produtores sobre gerenciamento dos negócios e exigências do mercado e agregação de valor no produto;
- Assistência técnica e extensão rural com foco na melhoria das condições de vida na zona rural e ribeirinha produtiva;
- Desenvolvimento da pesquisa agropecuária direcionada à realidade da agricultura local;
- Manejo e conservação dos recursos naturais envolvidos no processo de produção agrícola, com especial destaque para as áreas de solos, recursos hídricos e extrativos;
- Incentivo à criação de pequenas agroindústrias comunitárias rurais, contemplando, inicialmente as atividades tradicionais já praticadas e inserindo novas atividades produtivas com base nas tendências de mercado e nos produtos potenciais existentes na comunidade.

O SETOR PESQUEIRO

O pescado tem se constituído em um dos mais importantes produtos do abastecimento do Estado. Caracteriza-se como uma atividade básica do ponto de vista social, garantindo para a população ribeirinha e rural mão-de-obra rentável. A importância desse segmento é comprovada pelo consumo *per capita* de Manaus, que registra 22 kg/ano, sendo superior à média nacional.

Na pauta de exportação, consta em estatísticas mais recentes a venda de pescado de escama e os chamados lisos, graças à implantação de frigoríficos de armazenamento na capital e no interior, melhorando a capacidade de congelamento e com isso, solucionando os problemas de abastecimento na entressafra.

As perspectivas de melhoria no setor estão registradas:

- A criação de créditos especiais para o financiamento dos custos das expedições de pesca;
- Melhoria da frota pesqueira, inclusive o condicionamento do pescado em boas condições de higiene;

- Implantação de indústrias de beneficiamento do pescado, incluindo a linha de exportação.

O SETOR DE PISCICULTURA

A Piscicultura vem crescendo de forma significativa no Estado, contando hoje com 849 piscicultores registrados. As espécies mais cultivadas são o tambaqui, o matrinhã e o pirarucu, que representam espécies nobres, ocupando uma área superior a 1.000 ha. Dentre as estações de piscicultura existentes, destacam-se as de Balbina, Manacapuru, Mamirauá em Tefé, Itacoatiara e Manaus. A produção estimada (tonelada) e crescimento relativo só na reserva de Mamirauá, com destaque para o pirarucu que em 2002, a cota de captura foi de 30 t. para uma produção que em 2006 apresentou 1.500 t/a, representando uma taxa de crescimento de 4.900%.

A oferta do produto, o qual é produzido uniformemente todo o ano, portanto independente dos ciclos das águas, tem influenciado positivamente tanto na regularização da oferta do pescado quanto na atenuação da variação de preços ao longo do ano.

A indústria de beneficiamento do pescado que tem crescido no Estado, com equipamentos e tecnologia moderna de produção, obedecendo a padrões exigidos e fixados pelo mercado nacional e internacional, dentro da legislação pertinente, vem oferecendo ao consumidor uma grande variedade de produtos, elaborados de tal forma que facilitam e tornam bem rápido o processo de preparo de alimentos oriundos do pescado.

A aqüicultura, a partir dos dados estimados em 2006, registra um aumento de 95%, considerando que em 2002 a produção foi de 3.675 t, para em 2006, atingir a impressionante cifra de 7.170 t.

Em razão do crescimento do setor, algumas perspectivas são promissoras, entre as quais se destacam:

- Pesquisas relacionadas a outras espécies de peixe com potencial para a piscicultura;
- Criação de linhas de crédito especiais para capital de giro e de ampliação da produção;
- Capacitação sobre tecnologias alternativas de beneficiamento do pescado como peixe defumado, lingüiça e farinha de peixe, agregando maior valor.
- Incentivo à exportação de pescado para o mercado internacional;

- Campanhas de conscientização junto aos pescadores para conservação de estoques pesqueiros através do sistema de manejo.

SETOR MADEIREIRO.

A indústria madeireira do Estado é o segmento estratégico da economia regional, face ao potencial florestal disponível no Estado e que passou a ter um melhor gerenciamento quanto a sua forma de exploração e beneficiamento.

A forma de obtenção dessa matéria-prima que ora é extraída quando da subida das águas, em algumas situações pode ocorrer que, com o baixo nível das enchentes, a retirada da madeira *in natura* seja prejudicada com perdas imensuráveis do valor econômico desse produto. Na outra forma são construídas estradas vicinais nas proximidades dos nichos produtores para viabilizar o transporte.

De uma forma ou de outra, ao que pese o valor econômico da madeira, especialmente as madeiras consideradas nobres, o Governo do Estado continua alerta quanto ao processo de desmatamento, que vem crescendo de forma preocupante, em razão da presença do IBAMA - órgão federal responsável pelo controle e monitoramento da extração e respectiva comercialização - não possuir recursos financeiros e humanos necessários para a implementação eficiente e eficaz de seus programas de defesa ao meio ambiente regional.

O Governo do Estado pretende adotar medidas que estimulem os proprietários rurais e empresários locais a desenvolver projetos madeireiros de cunho sustentável, possibilitando créditos e incentivos fiscais aos projetos que passem por crivo de sustentabilidade ambiental. Serão também desenvolvidas ações para regularização fundiária, onde o novo conceito de assentamento com efeitos no desenvolvimento econômico e ecológico contribua com a preservação da floresta.



O PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS – PIM

Os cenários econômicos do Estado do Amazonas são representados, atualmente, na sua maioria, pelo Pólo Industrial de Manaus, que desponta como a principal fonte de crescimento econômico.

A partir do processo de globalização, onde novos processos estão sendo efetivados com a criação de fatores de competitividade sistêmica que permitam alcance e eficiência nas empresas quanto ao acompanhamento do padrão mundial de produção, é necessária uma nova dinâmica nas organizações pertencentes ao Pólo Industrial de Manaus.

O aumento da escala de produção das empresas de bens finais, que é o maior reflexo do crescimento da economia local e das exportações, está gerando condições favoráveis ao adensamento da cadeia produtiva, com o fortalecimento das indústrias de bens intermediários e a criação de escopo e aglomeração que passem a contribuir para o surgimento de *clusters* industriais.

Deve ser considerado que os principais segmentos instalados no PIM, integram as cadeias produtivas mundiais e, portanto, torna-se imperioso articular projetos consistentes com essa inserção global do PIM, e que passem a transformar Manaus em uma grande base exportadora transnacional.

Os cenários favoráveis para a efetivação desses fatores foram:

- A inserção do Pólo Industrial de Manaus na política industrial do Brasil;
- A consolidação dos Incentivos Fiscais disponíveis em Manaus, perpetuando o Modelo ZFM, tendo como argumento principal a necessidade estratégica de ocupação do espaço amazônico, ao mesmo tempo em que, se reconhece que o modelo é o maior contribuinte da arrecadação federal na Região Norte;
- O fortalecimento da cadeia produtiva regional, com a ampliação do parque de componentes eletrônicos;
- A ampliação de novos fatores de competitividade, com a formação de pessoal qualificado e fomento ao desenvolvimento tecnológico, com ênfase na inovação e modernização da infra-estrutura econômica;
- A necessidade de fortalecer os segmentos produtivos que utilizam insumos regionais e aqueles que destinam a produção para o atendimento do mercado regional, representados por pequenas e médias empresas controladas por

capitais locais, estabelecendo-se uma política de apoio tecnológico, financeiro e gerencial;

- O fomento ao surgimento de pequenas agroindústrias no interior do Estado, para se permitir a colocação de produtos extrativistas ou agrícolas em mercados mais distantes, evitando as perdas decorrentes da elevada perecibilidade do produto *in natura*;
- O diagnóstico de mercado, para conhecer o desejo de consumo, invertendo o processo de produzir para depois vender, aproveitando, inclusive, a marca Amazônia;
- A implantação e consolidação do Pólo Incentivado da Bioindústria, estimulando a capacitação tecnológica das empresas regionais em biotecnologia e desenvolvimento de bioprodutos;
- A promoção e devida inserção das populações tradicionais no processo produtivo e na bioprospecção.

A proposta de Governo é fazer com que a biotecnologia tenha viabilidade no aproveitamento econômico, incluindo esse importante segmento no processo de crescimento e desenvolvimento socioeconômico do Estado. Torna-se importante, também, reconhecer que os produtos oriundos da biodiversidade amazônica que ainda não são conhecidos, e os que o são, estão passando por um processo de identificação e busca de agregação a novos produtos, especialmente àqueles que possuem valor social.

A BIOTECNOLOGIA.

Na contextualização da biotecnologia, é importante ressaltar que essa deve resultar em um processo integrado ao meio ambiente, colaborando com a conservação dos ecossistemas e seu uso sustentável. Nessa perspectiva, a biotecnologia deve ser um setor essencial para o desenvolvimento do programa Zona Franca Verde.

É verdade que a biotecnologia é um segmento em que o Estado do Amazonas se destaca possuindo pesquisas avançadas sobre a biodiversidade amazônica, feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA, órgãos pertencentes aos Governos Federal e Estadual, respectivamente, onde estão sendo criadas bases para o desenvolvimento da biotecnologia no Amazonas, tendo como finalidade:

- o aprofundamento do estudo e compreensão da biodiversidade amazônica;
- a formação de pessoal especializado nos mais diversos níveis.

Dos diferentes ramos de atividades empresariais na área de biotecnologia já é uma realidade o Pólo de Bioindústrias do Amazonas – PBA, sobressaindo-se, neste setor, pequenas e médias empresas, como:

- Setor de produção de extratos ;
- Setor de fitoterápicos;
- Setor de produtos fermentativos;
- Produção vegetal, especialmente as empresas que produzem mudas de bananas resistentes à praga e a de pupunhas sem caroço;
- Produção animal com destaque à criação de peixes com significativos resultados.

É necessário para a integração das atividades bioindustriais do Programa Zona Verde a dinamização de setores modernos e alternativos de conservação e uso da biodiversidade. Nessa perspectiva, está sendo proposto pelo Governo do Estado, o manejo florestal com tecnologia, plantio de sistemas agroflorestais, biorremediação, controle biológico de pragas e vetores de doenças tropicais, entre outros.

Para a dinamização de setores biotecnológicos, o Governo vem seguindo três linhas de ações básicas:

- Biorremediação, considerando que a Amazônia detém cerca de 20% da água doce do planeta e o uso comercial desse recurso depende da manutenção de ecossistemas não poluídos. Portanto, é necessário que as atividades de biorremediação, essenciais para o tratamento dos resíduos industriais e antrópicos, tenham suas técnicas adaptadas às especificadas para o Amazonas;
- Criação de animais em regime de confinamento e semiconfinamento, com o desenvolvimento de processos modernos de criação de animais domésticos e silvestres em confinamento, sendo esta atividade de relevância para o Estado, pois diminuirá a necessidade de desmatamento para a criação de pastos, ao mesmo tempo em que na área de pesca, a proteção de espécies no momento de reprodução possibilitará um aumento na produção;
- Produção de sistema agroflorestais com novas tecnologias que estão sendo empregadas e desenvolvidas em diversas instituições regionais. A biotecnologia, nesse caso, tem contribuído com a descoberta de espécies cujos produtos sejam de alto valor agregado.

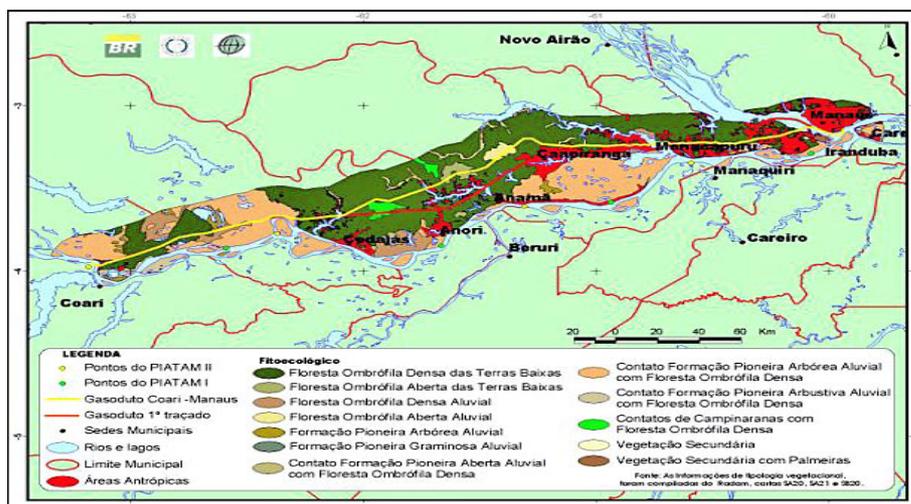
No que diz respeito ao processo de bioprospecção no Estado do Amazonas, tem sido relevante o acoplamento desse processo às atividades de manejo florestal que está sendo desenvolvido pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, tornando efetiva uma proposta do Programa PROBEM/Amazônia.

A importância científica desse programa está, também, na participação das comunidades nativas organizadas nas atividades da coleta de amostras para análise.

Ações da biotecnologia para a área de saúde são de grande importância, considerando a sua utilidade para as seguintes ações:

- Diagnóstico de doenças com o desenvolvimento e adaptação de técnicas modernas de diagnóstico envolvendo ampliação gênica (PCR) e seqüenciamento de DN para patógenos de doenças tropicais, especialmente para a saúde animal.;
- Desenvolvimento de soros e vacinas, carentes no nosso Estado, mas que agora começa a tomar impulso com estudos de implantação de tecnologias na produção de vacinas e soros para as diferentes viroses que atacam as populações do Estado;
- Controle de vetores de doenças, com novos métodos de controle biológico que estão sendo desenvolvidos para o controle de doenças como a malária, dengue e leishmaniose;
- Fitoterápicos e cosméticos cujo setor industrial já começa a despontar no Pólo de Bioindústria de Manaus, e que vem sendo apoiado pelo Governo do Estado, o qual passou a admitir as recomendações feitas pelo Grupo de Trabalho de Biotecnologia, criado pela SECT, onde foi elaborada uma política de biotecnologia para o Estado do Amazonas.

A IMPLEMENTAÇÃO DO GASODUTO COARI-MANAUS.



O petróleo e o gás natural do rio Juruá e Urucu criaram condições para a implantação do Pólo do Gás Natural Liquefeito - GNL e petroquímico e para alteração nas fontes de energia utilizadas em usinas termoeletricas e no transporte urbano. A mudança da matriz energética já é uma realidade, tendo como programa piloto o gás usado em táxis, cuja frota, de forma gradativa, começa a se beneficiar dessa nova fonte energética.

O aumento do gás natural que passa a substituir parcialmente o consumo de derivados de petróleo abre a oportunidade de obtenção de créditos de carbono nos termos dos mecanismos de desenvolvimento limpo do Protocolo de Kioto. Estima-se, ainda, a possibilidade do desenvolvimento da indústria petroquímica capaz de alavancar outros setores da economia estadual.

A construção do gasoduto Coari-Manaus reduzirá a dependência da matriz energética do Estado de apenas uma fonte. Sob o ponto de vista da dinamização da economia estadual, o aproveitamento do gás natural nos principais mercados do Estado disponibilizará energia mais barata, abundante e segura, beneficiando os setores industriais, comerciais e residenciais.

Os cenários de desenvolvimento nesta área implicarão a implantação do Pólo Gás-Químico, em Coari por já ser abundante o gás na cidade; a implantação de city-gates e a mudança do termocombustível levarão desenvolvimento de pólos pesqueiros, indústrias de beneficiamentos de atividade de extração vegetal, indústrias vitais para a construção civil-cerâmicas e derivados, beneficiamento de frutas e outras vocações regionais. Os municípios beneficiados serão: Coari, Codajás, Anori, Anamá, Beruri, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba, cujas populações aproximam-se de 250.000 habitantes, representando 16,2% do interior do Estado.

O beneficiamento específico de Manaus, com uma população de 49,98% de todo o Estado e com atividade econômica representando 80%, será na mudança da matriz energética de fornecimento de energia, que além de atingir o segmento residencial, irá beneficiar o Pólo Industrial de Manaus, produzindo uma economia considerável o que resultará na oferta de produtos competitivos no mercado nacional e internacional.

TURISMO DE NATUREZA

Em todo o mundo, o setor de serviços é o que projeta um crescimento significativo, e o conjunto de atividades de turismo é onde esse crescimento se projeta de forma altamente positiva. Dentro dessa especificidade, destaca-se o turismo de natureza que no Amazonas é

abundante e possui um apelo significativo para o turismo nacional e especialmente para o internacional.



O turismo de natureza que engloba ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional, turismo contemplativo e uma variedade de outros tipos, experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre e alternativo é o segmento de mais rápido crescimento na indústria turística em diversos países e no Estado do Amazonas, onde os cenários são os mais apropriados para esse tipo de atividade econômica.

Tem sido importante que o desenvolvimento do turismo sustentável no Estado do Amazonas satisfaça as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, enquanto protege, conserva e aumenta oportunidades para o futuro. É importante, entretanto, o investimento para a manutenção de formas sustentáveis de turismo na natureza, incrementando a diversidade biológica dentro e fora das áreas protegidas, bem como promoção na melhoria da qualidade de vida nas comunidades interioranas, especialmente as ribeirinhas, bem como investimentos em equipamentos turísticos, como os meios de hospedagem, alimentação, segurança, lazer, aparato de assistência à saúde, emergência entre tantos outros necessários.

No período de 2003 a 2006, houve um aumento considerável de turismo no Estado, conforme se demonstra a seguir.

- O volume de turistas registrados no Estado do Amazonas, considerando a quantidade de hóspedes da hotelaria urbana e da hotelaria de selva, o fluxo de turistas de cruzeiros marítimos e o número de turistas registrados nas temporadas de pesca esportiva, no período de 2003 a 2006 foi de 1.317.935;
- No período de 2003 a 2006 registraram-se 1.146.188 turistas hospedados nos hotéis urbanos e 88.505 em hotéis de selva;
- 66.260 turistas visitaram o Estado na temporada de cruzeiros marítimos e 16.982 participaram das temporadas de pesca;

- Em 2006, o ranking dos principais emissores nacionais foi liderado por São Paulo, com 48.960 turistas, seguido por Rio de Janeiro, com 17.670 turistas;
- O ranking dos principais países emissores internacionais foi liderado pelos Estados Unidos, com 23.064 turistas;
- No período de 2003 a 2006, a hotelaria de selva do Amazonas recebeu 16.036 turistas residentes no Brasil, 45.805 no exterior e 11.680 não informaram sua procedência.

Percebe-se nos registros acima, que parte significativa dos turistas se hospedou em hotéis de selva, registrando um perfil de consumidores de turismo de natureza, sem desprezar aqueles que se hospedaram em hotéis urbanos, também procurando atividades relacionadas com o turismo de natureza ou comercial.

Vários estudos realizados nesse período registraram a importância de investimentos emergenciais feitos em 14 municípios do Estado que integram os benefícios do programa denominado PROECOTUR (Programa Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal).

Torna-se crucial o Estado do Amazonas continuar investindo na promoção de sua marca, no âmbito nacional e internacional, que tem profunda ligação com o turismo de natureza, sem esquecer dos investimentos na infra-estrutura necessária para receber a demanda crescente.

RECURSOS HÍDRICOS

A Amazônia brasileira ocupa, no espaço da América do Sul, áreas correspondentes a 8 países e se estende por 9 Estados: Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão/Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

Possui a maior bacia hidrográfica do mundo, com 6.112.000 km², dos quais 3.900.000 km² em território brasileiro, e no Estado do Amazonas essa grandeza é representada por 1.556.988 km².

Esse potencial hídrico representa um forte diferencial para a promoção da marca **Amazônia**, sendo necessário envidar esforços que passem a promover esse estratégico produto natural, do qual detemos reservas imensuráveis. Vale ressaltar que a água foi classificada como bem econômico pela Lei Federal nº. 9.433/97, o que possibilita ao Estado

do Amazonas conquistar posição de destaque no cenário econômico internacional, dada à escassez hídrica por que passam vários países, especialmente os do Oriente Médio.

As possibilidades mercadológicas da comercialização da água são significativas no Brasil e maior ainda no exterior, não só na forma de água bruta, como na sua classificação mineral, considerando que as nossas reservas superficiais e subterrâneas são, quase em toda a sua totalidade, possuidoras de alto índice de conservação ambiental.

Agrega-se ao potencial hídrico no Estado um forte atrativo ao turismo local, nacional e internacional, importante insumo para o desenvolvimento de atividades produtivas, como a piscicultura e agricultura de várzea.

Nessa perspectiva, a gestão de políticas públicas desse potencial econômico e social é destacar o Amazonas como a mais importante fonte mundial de água doce superficial e subterrânea do País. Para tanto, as atividades a serem desenvolvidas contemplam o monitoramento dos usos múltiplos da água, sejam eles consultivos ou não, passando pela expansão e melhoria do sistema público de abastecimento de água potável e o tratamento do esgoto sanitário.

O Governo do Estado, avaliando os cenários desse produto natural de ordem estratégica, passou a atuar nos seguintes pontos:

- Desenvolvimento de estudos de mercado, visando à exportação de água doce para países com alta escassez e poder aquisitivo;
- Desenvolvimento de estratégia de divulgação mercadológica do bem econômico da água;
- Criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para normalizar e regular a sua utilização;
- Desenvolvimento de atividades associadas à gestão econômica – ambiental dos recursos hídricos, com destaque para a regulação do uso e melhoria e/ou manutenção dos aspectos de qualidade e quantidade.

SEGMENTO COMERCIAL/SERVIÇOS

Ao que pese a concentração econômica estar basicamente localizada em Manaus, no período de 2003 a 2007 ocorreram profundas transformações na estrutura produtiva estadual. O parque industrial continuou sendo o motor do crescimento, propiciando o aumento de um mercado de trabalho moderno, com ampliação da oferta de emprego que,

no período em referência, vem aumentando gradualmente, conforme demonstra a tabela a seguir:

Pessoal Ocupado no Setor Secundário da Economia

ANO	PESSOAL COUPADO MÉDIO MENSAL*	% CRESCIMENTO
2003	57.523 (A)	(A)
2004	69.982 (B)	21,66 B/A
2005	81.133 (C)	41,04 C/A
2006	88.796 (D)	54,36 D/A

FONTE: <http://200.242.43.143/CONSULTA/ALIMENTA.WSP>

*exceto mão-de-obra terceirizada e temporária.

A indústria tradicional, voltada para o atendimento do mercado interno local, obteve forte crescimento, aproveitando a elevação do mercado consumidor e o despertar do mercado nacional e internacional para os produtos genuinamente amazônicos que possuem significativa aceitação no mercado externo. Destacam-se crescimentos da indústria de produtos alimentares, metalúrgicas, gráficas, vestuários, moveleiros, oleiros-cerâmicos, de serraria, de artesanato, entre outros.

O comércio também foi dinamizado por dois fatores: o primeiro decorrente de absorção, considerando a demanda, pelo mercado de trabalho, de elevado contingente de pessoas que deles estavam alijadas. O segundo pela expansão do mercado de trabalho, que propiciou uma demanda maior de poder de compra. O setor comercial refletiu o comportamento da renda estadual que atualmente depende das remunerações do setor de indústrias, dos investimentos e despesas de custeio do setor público e do segmento de serviço que, à altura da exigência do consumidor, passa a gerar impacto positivo na totalidade da atividade comercial. Os dados referentes ao emprego e renda nos anos de 2003 a 2007 são reflexos dos resultados do avanço da tecnologia de processo e produto, conquistando espaços no mercado correspondente, em níveis estadual, nacional e internacional, com impactos no setor comercial e de serviços.

O grau de exigência do consumidor local e nacional forçou a evolução do preparo de mão-de-obra especializada por meio de ensino de nível superior e tecnológico. No Estado do Amazonas a quantidade de pessoas matriculadas nas universidades e nas unidades de ensino superior aqui localizadas tem aumentado, o que pode ser observado pelo aumento dos espaços físicos disponibilizados tanto no ensino público como no privado.

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

Vale a afirmativa de que o desenvolvimento sustentável pressupõe a universalização do acesso, pela população, aos serviços de infra-estrutura econômica e social, sem os quais não ocorrerá crescimento econômico, com distribuição de renda e de riqueza.

Neste contexto incluem-se segmentos relevantes como transporte, aumento da demanda de energia elétrica, saneamento básico, e infra-estrutura de portos e aeroportos, que são fundamentais à integração do Estado.

No segmento de transporte, o Estado do Amazonas possui cenários dos mais propícios para o crescimento de vias de acesso e escoamento da produção.

PONTE DO RIO NEGRO



A implantação do modelo de transporte intermodal, a ampliação e fortalecimento da infra-estrutura portuária na capital e no interior, vêm desafogando o nível de saturação até então existente. É verdade que se torna necessária a modernização dos equipamentos, especialmente em Manaus, para agilizar a demanda de carga e passageiros.

A ação do governo do Estado na melhoria da malha viária, possibilitando o fluxo comercial entre os municípios produtores e centros consumidores, contribuiu fortemente na evolução da produção e com resultados positivos na economia local.

O sistema aeroviário do Estado vem sendo fortalecido, com a ampliação de pistas e os equipamentos complementares da atividade, estabelecendo o encurtamento de distâncias, tornando-se, portanto, um segmento estratégico na região.

Quanto à energia, pode ser registrado que a geração no período de 2003 a 2006 teve um crescimento fantástico, correspondendo à demanda dos setores produtivos, inclusive com o aumento da potência energética no interior do Estado. Esse dado é significativo como reflexo do desenvolvimento ora existente.

Segundo os dados fornecidos pela Manaus Energia, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Estado do Amazonas é de 1.558.071 Mw, correspondendo a 11,8% da capacidade instalada na região Norte. A capacidade instalada de energia elétrica no Estado do Amazonas, somente na cidade de Manaus, pode ser visualizada no quadro abaixo.

Sistema Manaus – Manaus Energia em 1000 Mw

USINA	Nº DE UNIDADES	POTÊNCIA UNITÁRIA MW	
		NOMINAL	EFETIVA
UTE Aparecida	3	110	92
UTE Mauá	4	137,2	136
UTE Electron	6	120	250
UHE Balbina	5	250	250
Total Sistema Manaus - Energia	18	617,2	580
Sistema Manaus – Produtores Independentes		575,7	563,7
Total Geral do Sistema Manaus		1.192,90	1.143,70

Fonte: Eletronorte

O desafio da oferta de energia continua e reside na ampliação da oferta energética preferencialmente a menor custo – para aumentar a perspectiva econômica do Estado, o que subentende a viabilização de uso do gás natural de Urucu, com a implantação do gasoduto Coari-Manaus.

O Estado vem providenciando ações prioritárias, empreendendo projetos de extensão de linhas de transmissão e distribuição de sistemas de eletrificação rural, com a inclusão do Programa Luz Para Todos, do Governo Federal, notadamente nos núcleos embrionários de

pequenas indústrias e agroindústrias, aquisição de novos grupos geradores com maior potência instalada, para atender a demanda socioeconômica local.

No que se refere especificamente ao transporte, vias de acesso e escoamento, o Amazonas apresenta grande potencialidade para uso de sistema hidroviário. Os portos já existentes estão sendo expandidos e outros encontram-se em processo de estudo e viabilidade de construção e modernização.

Em razão dessa especificidade, cada vez mais tem sido utilizado o modelo de transporte intermodal, que demanda, necessariamente, de fortalecimento da estrutura portuária no interior e mais precisamente em Manaus, possibilitando o fluxo comercial entre municípios produtores e centros consumidores, e entre Manaus e o restante do Brasil e do mundo.

Quanto à geração de energia no Amazonas, a dependência de fontes térmicas está próxima a ser minimizada, com a possibilidade da mudança da matriz energética para o gás natural. O desafio maior, diante desse quadro, reside na ampliação da oferta energética para acompanhar as perspectivas de crescimento econômico do Estado o que subentende a viabilização, em larga escala, do gás produzido em Urucu, a execução de estudos sobre o aproveitamento racional das baixas quedas para instalação de minicentrals hidrelétricas, sem descartar outras fontes emergentes de energia.

No que diz respeito ao saneamento básico, iniciando pelo abastecimento de água, até o ano de 2000 o censo do IBGE sinalizava que o Estado estava na média nacional, registrando o atendimento de 71% dos domicílios urbanos interligados à rede pública de água.

Nos últimos cinco anos, o Governo do Estado implementou ações na melhoria da captação e armazenamento, tratamento e distribuição de água potável na maioria dos municípios do Estado, incluindo ainda nesse processo, a perfuração de poços profundos em comunidades isoladas.

Necessário se faz revelar que 14 municípios têm o seu abastecimento de água provido pelas prefeituras respectivas, os quais têm grandes dificuldades de manter o serviço de abastecimento funcionando. Os outros 47 municípios estão sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA.

Quanto ao esgotamento sanitário que continua registrando ser um dos grandes problemas sócio-ambientais e de saúde da população, visto que pelo censo demográfico de 2000 foi registrado que somente 106.394 domicílios estavam conectados à rede de esgoto ou de águas pluviais; de um total de 324.704, e apenas 164.550 dispunham de fossas sépticas rudimentares.

Por sua vez, o distrito Industrial que dispunha de sistema de esgotamento sanitário próprio com sistema de tratamento para serem lançados no rio Negro, hoje possui uma restrição nesse procedimento, tendo em vista o aumento de indústrias e a saturação da rede obrigando várias empresas lançarem seus dejetos no Igarapé do 40.

Com a intenção de reverter o cenário da capital, o Governo do Estado do Amazonas obteve a aprovação da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEEX para a contratação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no total de US\$ 140.000.000,00, para a viabilização do Projeto Sócio-ambiental dos Igarapés de Manaus, que prevê ações conjuntas com a Empresa Águas do Amazonas, dentre outras, para o saneamento dos corpos hídricos da capital. A primeira fase está direcionada para as bacias dos igarapés de Educandos e do 40, que apresentavam maior complexidade sobre as demais funções da elevada densidade demográfica e da localização do pólo industrial em suas áreas de abrangência.

Essa realidade já começou a mudar, como podem ser atestadas pelas imagens que passam a falar melhor que qualquer relatório escrito.



A situação do interior não difere da capital. Dos 61 municípios apenas 6, até 2002, possuíam sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário (Boca do Acre, Carauari, Coari, Maués, Parintins e Presidente Figueiredo). O Governo do Estado, no período de 2003

a 2007, numa ação de complementaridade, está implantando rede coletora e unidade de tratamento de esgoto sanitário em 31 municípios com população acima de 15.000 habitantes, com término previsto para o ano de 2015.

SETOR ENERGÉTICO

O Estado do Amazonas é o único em que a matriz energética tem sido baseada na termogeração, queimando combustíveis líquidos, onerando o erário com contas compensatórias que sobrecarregam os brasileiros como um todo.

A descoberta do gás natural nas províncias de Urucu e Juruá passam a redirecionar as políticas públicas de energia, para uma radical mudança na geração de energia elétrica e motora com benefícios de ordem econômica, pois esse procedimento energético queima melhor, sem geração de poluição, portanto com sustentabilidade econômica.



Esse cenário já é uma realidade com o gasoduto Coari-Manaus, disponibilizando, de forma abundante, o gás natural nas cidades que se beneficiam diretamente por estarem na rota desse processo de condução do gás.

As oportunidades potenciais de curto e médio prazo serão sentidas em breve, quando:

- Efetivarem a implantação do Pólo Gás-Químico, em Coari, por já estar disponível e abundante o gás natural na cidade.
- Através de city-gates, a mudança do termo combustível levará ao desenvolvimento de pólos pesqueiros, indústrias de beneficiamento de extrações vegetais e minerais, indústrias vitais para a construção civil – cerâmicas e derivados, beneficiamento de frutas e outras vocações regionais,

beneficiando de forma especial os municípios de Coari, Codajás, Anori, Anamã, Beruri, Caapiranga, Manacapuru, Iranduba e Manaus.

De imediato, deverá ser ofertado ao Pólo Industrial de Manaus o novo combustível por gasoduto da distribuidora CIGÁS e a oferta de gás natural veicular em postos de serviços. Os resultados desse processo serão expressos na geração de milhares de empregos e renda.

A expectativa é de que, com a expansão e implementação no Estado, de diversos setores econômicos, notadamente daqueles localizados no interior, o fluxo comercial interno e externo demandará melhor aparelhamento dos serviços de infra-estrutura básica, abrindo espaço para investimentos de ponta, sobretudo nos segmentos de geração de energia elétrica e transporte.

SETOR DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

A necessidade de reaparelhamento e administração de novos portos na capital e no interior, constitui oportunidade de investimentos para a iniciativa privada. O atual sistema portuário da capital, ao que pese a revitalização do Porto Internacional de Manaus, administrado pela SNPH/AMAZÔNIA, demanda o deslocamento de alguns serviços para novos portos em razão do estrangulamento do centro urbano de Manaus, dentre os quais, destacam-se:

- Porto de Tefé, que movimenta cargas de toda a região do Alto Solimões;
- Porto de Humaitá que precisa ser revitalizado, ampliado e modernizado visto que propicia a saída de toda produção de grãos da região sudoeste do Estado (soja, arroz e milho);
- Porto de Itacoatiara movimentam passageiros e cargas, com destaque para o setor madeireiro e de grãos;
- O de Manacapuru movimenta cargas e passageiros da região do Médio Solimões, estabelecendo o intermodal com a rodovia Manacapuru – Manaus, beneficiando-se da ponte que transpõe o Rio Negro, dando maior conforto e agilidade de transporte; e,
- Parintins, cujo porto já é uma realidade na movimentação de cargas e especialmente de passageiros como porto turístico de destaque na região.

No setor de transporte rodoviário, a recuperação total das rodovias federais como a BR -319 (trecho Manaus – Porto Velho); BR - 317 (trecho Boca do Acre - AM – Rio Branco –

AC); BR - 230 (trecho Lábrea – Humaitá – Apuí – Rio Sucunduri e BR - 307 (Benjamin Constant – Atalaia do Norte), passa a representar condição *sine qua non* para aumentar a vantagem competitiva dos segmentos produtivos, pela facilitação do escoamento dos produtos, acesso a novos mercados, bem como oportunizar a interligação do fluxo de passageiros e cargas do Amazonas aos demais Estados brasileiros e à América Latina.

Um destaque especial deve ser dado à recuperação da BR 174, que propicia a ligação com o vizinho Estado de Roraima e com o Caribe, sendo uma importante via de transporte de cargas e passageiros.

Registre-se que o Amazonas possui 8 estradas federais, sendo 534 km pavimentados e 2.068 km não pavimentados, onde as rodovias como a BR - 319 e BR - 174 são estratégicas para o escoamento da produção do Estado, havendo, por parte do Governo Federal, a necessidade urgente de recuperação e trafegabilidade total dessas rodovias.

As hidrovias dos rios Acre, Amazonas, Içá, Juruá, Madeira, Negro, Purus, Solimões, Tefé, Uatumã e Urucu representam os meios de transporte natural, especialmente no interior para o escoamento da produção familiar e de pessoas em deslocamento. Entretanto, as hidrovias necessitam de um melhor balizamento, facilitando a sua navegabilidade e evitando acidentes que, na maioria das vezes, são fatais.

Os portos de Manaus e os terminais de Itacoatiara e Boca do Acre são importantes na logística de transporte e sua eficiência reduz o chamado custo Amazonas.

Os aeroportos de Borba, Carauari, Eirunepé, Lábrea, Manicoré, Maués, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé, cobrem, de forma estratégica, todo o espaço amazônico, completando a estrutura de transportes aéreo, terrestre e fluvial.

Registra-se o empenho do Governo em fortalecer rotas fluviais, rodoviárias e aéreas com países do Pacto Andino, considerando o fortalecimento comercial destes, bem como, a busca de conexão, via Peru, para acesso ao Oceano Pacífico, reduzindo o custo de transporte de nossos produtos para o Japão e costa oeste americana.

Necessário, também, é o aporte de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a renovação da frota de barcos de passageiros e cargas, e substituição do casco de madeira pelo casco de ferro, aço ou alumínio, que propicia maior segurança.

REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS

A Lei nº. 52 de 30 de maio de 2007, registra no seu Art. 1º que fica instituída a Região Metropolitana de Manaus, composta pelos municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Presidente Figueiredo, com vistas à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas e serviços de interesse metropolitano ou comum, faz parte de uma estratégia do Governo do Estado, na perspectiva de a integração dos municípios criará uma identidade uníssona, sinérgica, capaz de estabelecer equilíbrio no desenvolvimento harmônico, da área de influência da Região implementada.

São 7 os municípios integrados em uma macro-região que tem Manaus o ponto de referência, e que servirá de influência no processo de desenvolvimento, considerando o potencial de cada um que já apresentam vetores de crescimento e diversidade na indústria, agricultura, pecuária, desenvolvimento científico e tecnológico, mas que necessitam de um veículo aglutinador e de planejamento articulado, somente possível através de um instrumento de governo centrado no arcabouço jurídico, que lhe pode emprestar a figura da Região Metropolitana.

A Região Metropolitana de Manaus possibilitará o planejamento integrado, a criação de consórcios e ações conjuntas permanentes dos entes públicos nas áreas de ordenação territorial e planejamento do uso e ocupação do solo; transporte e sistema viário regional; habitação; saneamento básico e tratamento dos resíduos sólidos; meio ambiente e controle de enchentes; desenvolvimento econômico; saúde e nutrição; educação; segurança pública e etc, garantindo a especialização e integração sócio-econômica, dado o índice de crescimento demográfico, migração flutuante e grande extensão da área geográfica.

Com a integração rodoviária mais rápida em razão da ponte Rio Negro, ligando Manaus a Iranduba irá facilitar o escoamento da produção e a locomoção de pessoas entre os municípios integrantes da Região Metropolitana, principalmente com a sede e ainda, com o aproveitamento do gás natural em abundância que influenciará na mudança da matriz energética com maior potencial de oferta, permitindo a implantação de agroindústrias nos municípios.

Nessa perspectiva, a Região Metropolitana de Manaus passa a representar o maior avanço socioeconômico da década, e que marcará, definitivamente, uma nova etapa de desenvolvimento do Estado e mais especificamente para os municípios que a integram.

CONCLUSÃO

Em resumo, o Amazonas continuará tendo tanto o crescimento quanto o desenvolvimento econômico graças as políticas desenvolvimentistas e ambientalistas que o Governo tem criado no Estado as quais priorizam e beneficiam a população e o meio ambiente. E para isso o Governo adotou neste PPA 2008 – 2011 projetos que visam um futuro voltado para o bem comum.

A Indústria continuará sendo um dos carros chefes da economia amazonense, pois esta beneficia não apenas o Estado como também a economia brasileira com uma função de produzir produtos de alta qualidade e tecnologia para atender ao mercado interno, que se torna cada vez mais exigente. É reconhecida como necessária também para as políticas do comércio exterior e isso tem sido demonstrado nesses últimos quatro anos onde a mesma tem aumentado e expandido sua participação no mercado Mundial.

Outros investimentos que serão realizados no PPA 2008 – 2011 é a melhoria da infra-estrutura do Estado a qual há uma preocupação muito grande do Governo em criar condições mais favoráveis ao homem do interior do Amazonas e para isso abrirá novos caminhos para que o setor agrícola aumente ainda mais sua participação na economia do amazonense. Nesse sentido, busca ampliar o setor energético juntamente com os programas do governo Federal, dando mais condições sociais e humanas ao homem do interior. A criação da Ponte Rio Negro Beneficiará os municípios ligados a ela e adjacentes. Além da ampliação e manutenção das estradas estaduais e abertura de novas estradas sem prejuízos ao meio ambiente.

Na agricultura os investimentos continuarão, através do Programa Zona Franca Verde, o qual no período de 2003 a 2006 avançou produtos agrícolas em grande escala e permitiu a ampliação do setor na economia amazonense.

No setor serviços o PPA 2008 – 2011 volta-se para a qualidade no atendimento a população amazonense e para ampliação das ofertas de trabalho tanto para o setor público com a implantação de sistemas de qualidade quanto para o setor privado na atração de investimento neste setor. Na saúde e na segurança o governo continuará na política de melhorias de serviços e atendimento a população. Na educação a melhoria da qualidade do ensino a partir de treinamento e capacitação dos professores, além de criar novas unidades educativas e cuidar bem das já existentes garantindo o futuro das crianças e adultos. A

Universidade Estadual do Amazonas – UEA receberá também partes desses investimentos expandindo suas unidades pelo interior do Estado.

No que ao tange ao comércio serão criadas políticas que viabilizem e desburocratizem a entrada de novas empresas no setor e um forte apoio para criação de novos pólos de comerciais a exemplo do novo pólo moveleiro que está em fase de construção, dando credibilidade e inserindo as micro e pequenas empresas do Estado.

Nos próximos anos a economia amazonense tenderá a ter forte crescimento visto que o Governo tem dado apoio e desenvolvido projetos que ampliam o conhecimento através dos investimentos em ciência e tecnologia que estão sendo feitos e continuarão para que as pessoas do Estado tenham uma melhor qualidade de vida.

O PPA 2008 – 2011 priorizará também o meio ambiente, hoje o estado através do PROSAMIM tem recuperados e saneado os igarapés de Manaus na busca de uma vida mais saudável e preservação dos mesmos, dando assim continuidade há uma política de valorização das pessoas e do meio ambiente. Outra iniciativa é o BOLSA FLORESTA, onde o Governo, inteligentemente, proporcionará as famílias das unidades de conservação do Amazonas uma contrapartida financeira pelo empenho de preservar a floresta.

É nesse sentido, com políticas públicas voltadas para o proteção do meio ambiente, desenvolvimento social e econômico e gerando mais emprego e renda para o trabalhador, que o PPA 2008 – 2011 proporcionará um Estado mais justo e mais humano para os amazonenses.

MODELO DE PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO

O Governo do Amazonas, com a criação, em 2003, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN e orientado pelas estratégias definidas no PPA 2004-2007, construiu um novo modelo de planejamento, que tem como princípio, a gestão orientada a resultados, pautada pela transparência e controle da sociedade.

O Sistema de Planejamento do Estado é constituído pelo órgão central que é a SEPLAN e pelos órgãos setoriais que são as unidades de planejamento das secretarias estaduais e órgãos vinculados.

Com a implantação a partir de 2004 do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e Distrito Federal – PNAGE, criado pelo Ministério do Planejamento e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com a contrapartida do Estado, é visível os avanços alcançados nas áreas de planejamento, orçamento e gestão com a melhoria da prestação de serviços, atendimento as demandas da sociedade, e redução dos custos com processos de licitação.

A implantação em 2003 do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento – SIGPLAN, instrumento de elaboração, monitoramento e avaliação do PPA, também contribui para a modernização do planejamento no Estado, permitindo o efetivo envolvimento dos gestores públicos, a integração e transversalidade das ações entre os diversos órgãos da administração pública.

A eficácia do Plano Plurianual, como instrumento de planejamento governamental, são as revisões anuais com o intuito de realinhar as ações de governo, adequando-as à evolução dos cenários interno e externo.

A avaliação das metas projetadas e alcançadas orientou a reformulação e o fortalecimento de vários programas e a criação de novas ações para o alcance dos objetivos pretendidos para essa nova fase de governo que atinge o PPA 2008 – 2011.

Na identificação e análise comparativa entre o planejado e executado, o Estado vem aprimorando o processo de monitoramento e avaliação, buscando realizar os devidos ajustes para que as demandas diagnosticadas sejam atendidas, na medida da disponibilidade financeira e dentro de um critério de hierarquização das necessidades.

Seminários e discussões com a presença de todos os órgãos da administração direta e indireta e fóruns de participação da sociedade foram promovidos para ampliar a qualidade do trabalho programado para elaboração do PPA 2008 – 2011.

O conteúdo programático do PPA 2008-2011 está melhor estruturado, considerando-se também o aprimoramento dos técnicos envolvidos no processo e que participaram de um programa intensivo de capacitação nas áreas de planejamento, gestão e orçamento, com cursos ministrados por competentes profissionais da Fundação Getúlio Vargas – FGV e Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP.

No processo de construção do Plano, levou-se em conta que na administração pública moderna, nada pode ser feito sem o uso adequado da informação, que permite facilitar a formulação e avaliação das políticas, planos, programas e ações de governo, subsidiando o processo de tomada de decisão.

Na execução do Plano Plurianual, o sistema de monitoramento e avaliação vem sendo aperfeiçoado para maior agilidade nas informações e possibilitar a integração de atividades que possam atestar a eficiência, eficácia e efetividade dos programas e ações de governo, com foco nos resultados.

A estratégia de governo está fundamentada em indicadores específicos que permitem mensurar os resultados dos programas e ações executadas, identificando os impactos das políticas públicas junto à sociedade. Será adotado um processo de avaliação sistemática, com a discussão dos resultados concretos dos programas ao final de cada exercício, incluindo a realização física e financeira das metas. Do ponto de vista operacional, essa sistemática de avaliação e monitoramento contempla uma série de procedimentos voltados para manter canais permanentes de intercâmbio de informações e dados entre os diversos setores de governo, de modo a formar uma efetiva rede de suporte às atividades de acompanhamento.

GESTÃO POR RESULTADO

O Sistema de Avaliação da Gestão Pública é um amplo e sintético panorama da atuação dos serviços oferecidos pelo governo do estado e dos seus principais problemas. Criado para subsidiar os gestores com um instrumento de acompanhamento da sua prática cotidiana e avaliação das ações sob sua coordenação. Constitui-se ainda num instrumento de democratização da informação sobre objetivos, metas e resultados alcançados nos diversos níveis hierárquicos do Governo do Estado do Amazonas.

A proposta busca contemplar as prioridades do Governo definidas na política nacional e estadual produzindo um elenco de indicadores que contribuam para informar sobre o andamento dos projetos e políticas públicas conduzidos. O processo de construção do Sistema de Avaliação da Gestão Pública deve partir da sistematização e avaliação de indicadores existentes ou exigidos nos diversos níveis e setores do Governo do Estado.

Desta forma o Sistema de Avaliação da Gestão Pública constitui-se instrumento de gestão que viabiliza a avaliação das ações do Governo através do seu acompanhamento permanente e que é operado pela seleção de um elenco de metodologias e indicadores da atuação do governo sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN. As metodologias utilizadas no acompanhamento incorporam a avaliação da gestão e a avaliação da equidade.

Os indicadores devem contemplar as diversas esferas de governo, ou seja, municipal, regional e local. Neste processo a escolha do indicador deve ser adequada a cada nível que este representa. Além de indicadores da ação sobre as prioridades são necessários aqueles relativos aos recursos humanos, materiais e financeiros.

O Plano Plurianual 2008-2011 reflete as prioridades da gestão adotadas no estado do Amazonas e traduzidas em metas a serem alcançadas no decorrer do período. Estas metas buscam englobar um elenco mais amplo de ações do Governo acrescentando prioridades estaduais nos aspectos estadual e municipal. Desta forma, ao mesmo tempo em que trabalha com metas tradicionais mais gerais também envolve escolhas específicas coerentes com as prioridades da gestão nas suas múltiplas frentes de atuação.

Para o aprimoramento do Sistema de Avaliação da Gestão Pública estão sendo considerados e encaminhados vários aspectos:

Identificação de lacunas e adaptação à gestão - Processo de trabalho permanente do Monitoramento uma vez que o instrumento se propõe a acompanhar as prioridades da

gestão. Toda mudança de prioridade deve ser incorporada ao Sistema. Da mesma forma sempre que proposto um indicador mais adequado sobre algum tema este é avaliado e se aprovado, incorporado ao Sistema.

Construção e implantação do Sistema de Gestão Pública do Governo do Estado do Amazonas - Processo de definição de indicadores previsto para conclusão em 2007 quando deve ser discutida a estratégia de sua incorporação nas setoriais articulado ao processo de acompanhamento do PPA 2008-2011 e seus desdobramentos descentralizados;

Aprimoramento do controle estatístico do processo - O Sistema utiliza metodologia de acompanhamento por meio gráfico. No entanto, existem tecnologias muito mais sensíveis e robustas. Pretende-se incorporar tais metodologia que devem ser encaminhadas por profissional especialista em estatística;

Definição de metas e acompanhamento da evolução - O parâmetro principal de análise do Sistema é a tendência ou o acompanhamento do andamento dos eventos e das atividades e seu comportamento relativo à direção esperada. Desta forma as metas devem ser definidas para cada indicador.

Para além de um instrumento de gestão no sentido de demonstrar efeitos e impactos das políticas públicas conduzidas avaliando o uso dos recursos públicos e as condições de vida e de saúde da população, o Sistema de Avaliação da Gestão Pública tem um caráter estratégico para dar transparência às ações públicas e contribuir para a democratização da gestão.

Não há dúvida que os mecanismos de avaliação permanente podem contribuir para definição e redefinição dos caminhos a serem percorridos pelos projetos na área pública. Este não é um processo simples de ser realizado. Conceber e desenvolver a avaliação como um processo formativo implica assumir a exigência e complexidade do trabalho de construção coletiva e de definição conjunta de variáveis e indicadores a serem utilizados. A falta de desenvolvimento de metodologias adequadas que considerem a globalidade dos problemas, bem como a necessidade de se definir formas de trabalho que assegurem um processo de avaliação, constituem obstáculos ao acompanhamento das ações e dificultam o fortalecimento das políticas e projetos sociais em geral. Este é o desafio que enfrentamos na construção do Sistema de Avaliação da Gestão Pública.

Ao considerarmos que esta iniciativa não adota o monitoramento apenas como um procedimento técnico permanente, mas como um mecanismo potencialmente capaz de impulsionar o agir para a mudança, nos coloca o desafio de gerar conhecimento para

sustentar e aprimorar os processos. Requer ainda o envolvimento de maior número de participantes que propicie reflexão sobre a natureza da organização socioeconômica e cultural. Importa, nesse processo, desenvolver culturas avaliativas que favoreçam o exercício crítico para detectar especificidades e potencializar mudanças de rumo, quando estas forem necessárias, como uma estratégia de produção de conhecimento e amadurecimento de uma auto-análise social que permita intervir com estratégias efetivas de relevância social.

CONSULTA À SOCIEDADE

O estabelecimento do canal de comunicação com a sociedade, contemplando anseios e expectativas quanto ao projeto de desenvolvimento para o Amazonas no próximo quadriênio, tem permanecido como um grande avanço histórico, pois um elenco qualificado de atores sociais, representativos das comunidades, passa a opinar sobre as suas necessidades.

Esses atores sociais (conselhos, associações, lideranças empresariais, organizações não governamentais e sindicatos) foram convidados a participar ativamente nas discussões das propostas de ações governamentais voltadas ao atendimento das demandas da sociedade.

O governo mais uma vez, como aconteceu no PPA 2004 – 2007 voltou a ouvir a sociedade, reiterando a necessidade de completar a sua função institucional, conhecendo melhor o seu campo de ação, mediante a contribuição efetiva do cidadão no processo de planejamento.

O caráter da consulta à sociedade é meramente propositivo. As propostas apresentadas dela decorrente passaram a ser objeto de estudo e análise por parte da SEPLAN, procedendo-se a sua incorporação, utilizando-se como critérios: o de pertinência e o de factibilidade, em razão dos escassos recursos governamentais para atender a todos os apelos.

Dessa forma, no período de maio a junho, foram realizadas oficinas de planejamento consulta à sociedade em 13 municípios pólos, cobrindo todo o território do Estado, com a participação de 42 municípios, sendo ouvidas 1.082 pessoas. Conduziram essas oficinas 21 técnicos dos vários órgãos do governo, previamente treinados como facilitadores.

Mais uma vez, a qualidade das intervenções dos participantes da consulta à sociedade, demonstra a motivação em contribuir com as políticas públicas.

Essa metodologia demonstra que o Governo quer conferir maior visibilidade ao planejamento governamental, junto ao seu público alvo, efetivando a revitalização do planejamento como o instrumento de governo para o exercício de sua função constitucional.

Nessa perspectiva, a consulta veio referendar aos objetivos estabelecidos pelo governo na estratégia de modernização e democratização da gestão pública, propondo-se, dessa forma, maior eficiência, participação, transparência e legitimidade.



Consulta à Sociedade no Município de Eirunepé

Para realização da consulta, a parceria entre os vários órgãos do governo foi indispensável. Iniciou-se com o Seminário de Sensibilização aos Secretários de Estado e, posteriormente, os técnicos foram mobilizados, com o objetivo de socializar os métodos de trabalho, assim como viabilizar os recursos logísticos necessário ao bom andamento dos trabalhos, realizados nos diversos municípios pólos previamente definidos.

A Secretaria de Planejamento desenvolveu um curso de facilitadores, envolvendo os técnicos das áreas estratégicas do governo, para melhor orientar e conduzir os trabalhos da consulta nos municípios pólos.

O saldo final reafirma a aproximação do governo com as expectativas da sociedade, e dessa forma é passível a compreensão de que os resultados se farão sentir a curto, médio e longo prazo, ao mesmo tempo em que se consolida um padrão de relacionamento entre governo e sociedade. A consulta torna-os co-responsável pelo encaminhamento dos problemas coletivos e pela conquista de uma maior qualidade de vida para todos.

É dessa forma que a natureza complexa dos problemas da sociedade exige que os programas governamentais incorporem o conceito de transversalidade, que consiste na

capacidade de perpassar diversas realidades, segmentos, dimensões e setores, de forma a abranger a complexidade dos problemas e suas respectivas soluções eficazes.

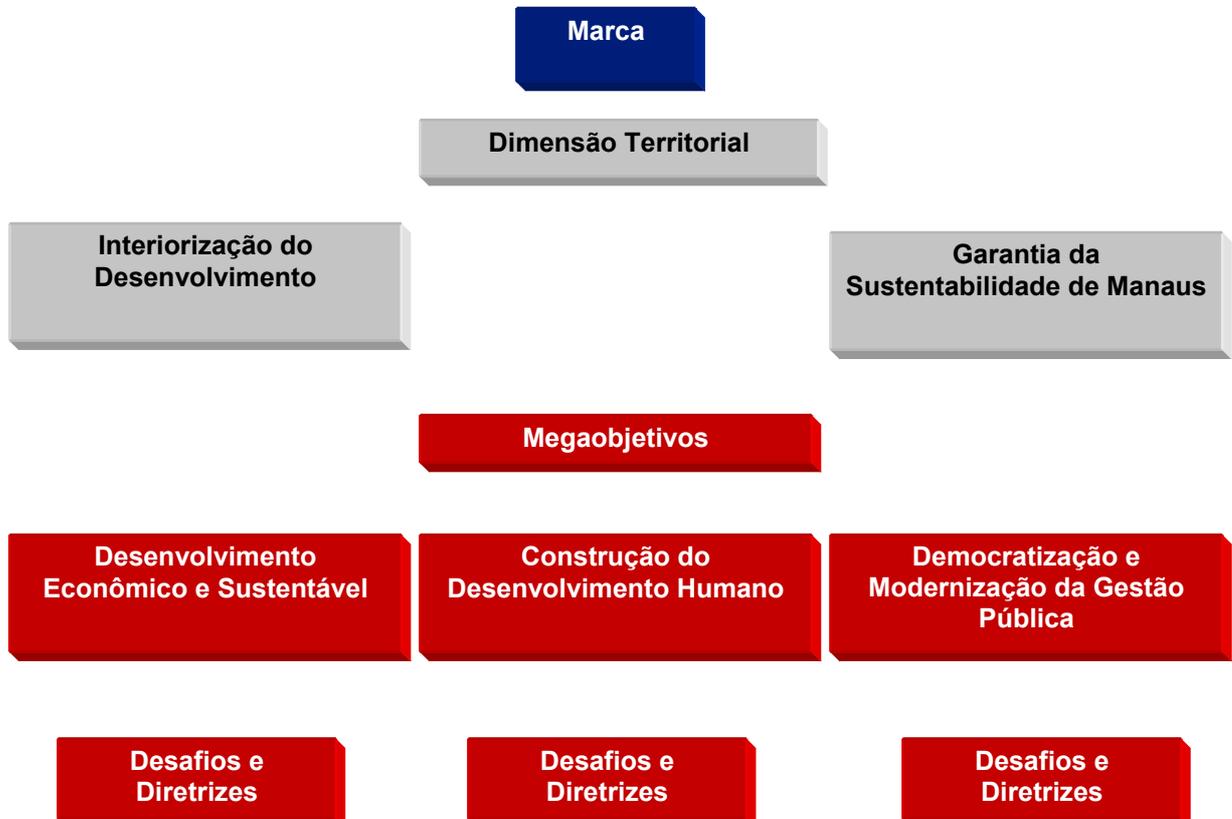
Nesse contexto o PPA 2008 – 2011 é o instrumento de ação governamental mais apropriado para inserir a transversalidade dos programas e ações, mediante a deflagração de uma discussão conjunta, reunindo todos os órgãos do estado. Dessa forma, os programas deixam de pertencer a um determinado setor, para se firmarem como programas de governo, condicionados à articulação das diversas áreas governamentais, otimizando recursos e melhorando o impacto sobre o bem-estar da sociedade.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE GOVERNO

O PPA 2008-2011 do Amazonas, seguindo o modelo do Governo Federal, está dividido em dois grandes blocos, o Plano possui uma Base Estratégica para quatro anos, tendo como referência o Programa de Governo, e uma programação, que organiza o nível tático-operacional da ação governamental.

A orientação estratégica de governo define os mega-objetivos do Estado e estabelece a marca do Governo, a dimensão territorial, os desafios e diretrizes que nortearão a programação das ações a serem desenvolvidas, bem como a avaliação da sua execução. Destina-se, portanto, a partir dos desafios, a orientar cada secretaria de estado na definição do seu conjunto de programas.

Estruturação da Orientação Estratégica de Governo



As marcas de governo expressam uma visão de futuro e dizem como o governo quer ser conhecido ao final do período do Plano. As marcas pretendidas para o PPA são:

- O governo que priorizará a interiorização do desenvolvimento socioeconômico, em bases sustentáveis, no aproveitamento das potencialidades regionais, construindo o desenvolvimento humano dos cidadãos;
- O governo que irá garantir a sustentabilidade econômica do Estado – Interior e Capital;
- O governo que irá modernizar a gestão dos serviços públicos para o atendimento de qualidade das demandas sociais.

Os megaobjetivos estão representados pelas ações a serem desenvolvidas nos seguintes segmentos:

- Desenvolvimento socioeconômico e sustentável;
- Aprimoramento do desenvolvimento humano, com ênfase na educação;
- Melhoria do serviço público e gestão operacional da Administração governamental.

No que diz respeito à dimensão territorial, essa expressa a necessidade de se observar demandas locais e ter políticas que orientem a atuação do governo levando-se em conta diferenças, necessidades e oportunidades existentes entre as diversas regiões do Estado. A dimensão territorial é, portanto marcada pela Interiorização do Desenvolvimento e pela Garantia da Sustentabilidade da Capital – Manaus.

A representação da presente estrutura pode ser assim visualizada:

MEGAOBJETIVO I - Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Desafio 1 - Prover de infra-estrutura adequada às necessidades da produção e do consumo, considerando as características de cada região.

Diretrizes:

- Levantar junto às comunidades as necessidades de infra-estrutura adequada de transporte, com integração de estradas vicinais aos rios, através de portos

de atracamento para passageiros e cargas, especialmente nas áreas com maior potencial de produção agropecuária;

- Garantir o acesso à energia, principalmente nas sedes municipais e comunidades do interior, de forma a permitir o aproveitamento de matérias primas regionais, via agroindustrialização;
- Prover os meios de comunicação nas sedes municipais e zonas rurais dos municípios, com acesso a inclusão digital e a telefonia celular, de forma a possibilitar a participação e o acesso de seus habitantes à informação;
- Viabilizar a substituição da atual matriz energética pelo gás natural de Urucu;
- Viabilizar, em parceria com o Governo Federal, a ligação terrestre do Estado do Amazonas ao Brasil e ao exterior, na reforma e revitalização de estradas federais e estaduais, bem como na construção da Ferrovia que interligará os Estados do Amazonas e Rondônia;
- Construir ponte de ligação entre Manaus e Iranduba, com a urbanização e serviços no entorno, contribuindo para a implementação da Região Metropolitana;
- Articular, em caráter permanente, com órgãos e entidades da administração federal, estadual e municipal, com vistas ao desenvolvimento de ações relativas à gestão de infra-estrutura nas áreas de transporte, energia, habitação, telecomunicação, saneamento básico, sistema viário e urbanização;
- Desenvolver um programa de saneamento básico e abastecimento de água dos municípios que integram a Região Metropolitana de Manaus;
- Captar recursos junto a instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais para o desenvolvimento de ações de infra-estrutura;
- Desenvolver tecnologia capaz de melhorar o desempenho dos meios de transporte de cargas e passageiros, visando à redução do tempo de deslocamento entre as cidades do Amazonas;
- Desenvolver convênio com a Marinha do Brasil, para balizamento (sinalização) dos rios e calhas do Amazonas.

Desafio 2 - Incentivar a formação de arranjos produtivos para o manejo sustentável da biodiversidade do Amazonas com vistas à geração de emprego e renda para a população do interior do Estado.

Diretrizes:

- Implementar política voltada para a cadeia produtiva do Estado do Amazonas, visando o desenvolvimento econômico através do manejo sustentável da biodiversidade da região amazônica;
- Implantar e fortalecer a infra-estrutura de apoio à produção;
- Organizar e dinamizar as cadeias produtivas dos produtos de origem vegetal e animal, potencializando o seu desenvolvimento;
- Apoiar os produtores rurais do setor agropecuário, florestal e pesqueiro para a certificação de seus produtos;
- Fortalecer o desenvolvimento de atividades pesqueiras na região;
- Promover o desenvolvimento de atividades sustentáveis de manejo florestal e recursos pesqueiros, nas comunidades ribeirinhas;
- Fortalecer a agricultura familiar por meio da capacitação e do acesso ao crédito aos produtores rurais;
- Incentivar a criação de cooperativas e associações nos segmentos produtivos, especialmente os localizados no interior do Estado;
- Reestruturar e fortalecer o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, em todo o Estado;
- Operacionalizar linhas de crédito rural, condizentes com a realidade local e custear os serviços de elaboração e acompanhamento de projetos aos agricultores, nas áreas de produção animal e vegetal, agroindústrias, aquicultura, pesca e extrativismo;
- Executar ações de defesa, vigilância, inspeção e classificação dos produtos de origem animal e vegetal;
- Prover assessoramento técnico às atividades de pós-colheita, beneficiamento, embalagens, armazenamento, transporte e comercialização da produção;
- Executar em parceria com o Governo Federal e Organismos de Cooperação Técnica Internacional ações de desenvolvimento rural integrado;
- Valorizar e agregar valores aos produtos da floresta com base no potencial local;
- Capacitar a mão-de-obra local para o aproveitamento racional e sustentável da biodiversidade;
- Implementar políticas de extrativismo no Estado do Amazonas, visando valorizar e valorar os produtos extrativistas para a melhoria das populações locais;
- Garantir à população o direito ao trabalho e sua inserção competitiva no mercado promovendo sua capacitação profissional e organizacional;

- Organizar políticas de extrativismo vegetal e mineral no Estado do Amazonas, para a melhoria das populações locais.

Desafio 3 - Promover a integração das ações desenvolvidas pelos órgãos de governo, com vistas à implementação sinérgica e bem sucedida do Programa Zona Franca Verde em todas as suas dimensões: social, econômica e ambiental.

Diretrizes:

- Organizar eventos que estejam vinculados à conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável;
- Estabelecer convênios com prefeituras e INSS para viabilizar o acesso do homem do interior do Amazonas aos benefícios previdenciários;
- Promover a inclusão econômica - trabalho e renda, auto-sustentação pessoal e coletiva;
- Garantir o acesso ao Programa Saúde da Família e às oportunidades de alfabetização e qualificação profissional aos grupos sociais mais vulneráveis à exclusão;
- Implantar o Programa Bolsa Floresta direcionado as famílias ribeirinha moradoras das áreas de que não desmatem a floresta, contribuindo para a preservação do meio ambiente;
- Firmar convênios com a Polícia Federal, Guarda Rodoviária Federal, Exército, Marinha, Aeronáutica e Projeto SIVAM para monitoramento do meio ambiente.

Desafio 4 - Incentivar a criação e o fortalecimento de micro e pequenas empresas, com vistas à substituição da importação de produtos de baixa complexidade tecnológica, bem como à redução da informalidade das empresas e seus trabalhadores.

Diretrizes:

- Oferecer tratamento tributário e administrativo diferenciado, e de simplificação de procedimentos com vistas a incentivar a criação e o fortalecimento de micro e pequenas empresas;
- Favorecer o acesso ao crédito/capitalização, em condições especiais;
- Fortalecer ações de capacitação para a gestão empresarial, especialmente aquelas que passem a explorar o potencial local;
- Incentivar a inovação e o apoio tecnológico;

- Apoiar ações de promoção comercial;
- Apoiar à implantação de empresas geradoras de emprego e renda.

Desafio 5 - Fortalecer o Pólo Industrial de Manaus, com foco na produção de componentes eletrônicos, e o desenvolvimento de logística de exportação, visando o aumento da competitividade, a melhoria da balança comercial, a geração de empregos e a sustentabilidade de Manaus.

Diretrizes:

- Adequar a Lei de Incentivos Fiscais, visando torná-la operacional e objetiva, especialmente aquelas que seus processos produtivos possuam requisitos de defesa do meio ambiente, com regras claras para restabelecer a confiança do investidor privado;
- Criar mecanismos para estimular as exportações, dando como contrapartida o aumento da escala de produção, adensamento da cadeia produtiva e conseqüentemente o aumento do emprego e renda;
- Estabelecer parcerias no sentido de aportar apoios técnicos, financeiros e logísticos com o objetivo de reduzir e/ou eliminar o déficit de nossa balança comercial, incrementando as exportações do Estado do Amazonas e consolidando nosso Parque Industrial;
- Desburocratizar os procedimentos para implantação de micro e pequenas empresas e principalmente as de base tecnológica voltadas ao interior do Estado e com procedimentos produtivos na preservação ambiental;
- Criar novas opções nos sistemas de escoamento da produção, com criação de entrepostos em regiões estratégicas do País, objetivando reduzir os custos de transferência bem como atingir novos mercados consumidores.

Desafio 6 - Recuperar a capacidade científica no Estado visando atender às demandas tanto da indústria de tecnologia de ponta, quanto das potenciais atividades produtivas relacionadas ao manejo da biodiversidade pelas comunidades locais do interior do Amazonas.

Diretrizes:

- Apoiar pesquisas que viabilizem o uso sustentável de recursos pesqueiros, dos ambientes aquáticos e das várzeas assim como o controle dessa produção em parceria com Prefeituras, instituições não-governamentais e sociedade civil;

- Resgatar os programas de pós-graduação, adequando-os às demandas e características regionais, com o envolvimento das universidades e institutos de pesquisas locais;
- Apoiar o desenvolvimento de tecnologias de uso de produtos florestais de forma sustentável, permitindo o seu aproveitamento em termos econômicos, gerando emprego e renda;
- Apoiar o desenvolvimento da base científica e tecnológica do manejo de recursos pesqueiros de forma sustentável, permitindo o aumento da produção de alimento e a minoração do risco de colapso dos estoques;
- Desenvolver planos de manejo florestal e dos lagos.
- Apoiar as pesquisas em agronegócios sustentáveis dos recursos florestais e pesqueiros do Amazonas;
- Capacitação de recursos humanos seja no seu início científico ou em sua formação mais avançada;
- Fomento a pesquisa científica e inovação tecnológica integrada;
- Estimular a integração dos grupos de pesquisa da Capital, com comunidades rurais e indígenas;
- Implementar o Sistema Estadual de Informações de Ciência e Tecnologia;
- Fortalecer a atração de investimentos para o Pólo Industrial de Manaus;
- Fortalecer as cadeias produtivas setoriais;
- Incentivar a pesquisa científica e tecnológica aplicada, voltada ao atendimento de necessidades econômicas do estado;
- Promover intercâmbio de pesquisadores regionais com os nacionais e estrangeiros para estudos e pesquisas com vistas à solução de problemas inerentes às cadeias produtivas típicas da economia amazonense.

Desafio 7 - Criar condições para o aproveitamento do potencial turístico-ecológico e cultural amazonense, com vistas à geração de oportunidades de trabalho e renda.

Diretrizes:

- Apoiar os municípios para que através de suas comunidades rurais, possam explorar potencialidades turísticas e/ou atividades não agrícolas existentes, com vistas à melhoria da renda familiar;
- Promover ações de capacitação das famílias rurais que vivem em comunidades onde estão localizados empreendimentos turístico-ecológicos, com vistas a produzirem bens de consumo em escala e com qualidade, para que possam ser inseridos em novos mercados surgidos com este ramo de atividade;

- Promover o turismo do Amazonas nos mercados nacionais e internacionais, considerando o potencial turístico regional;
- Promover eventos culturais, esportivos e de lazer, com vistas ao aproveitamento das potencialidades regionais.

MEGAOBJETIVO II - Aprimoramento do Desenvolvimento Humano

Desafio 8 - Melhorar a qualidade e a humanização do atendimento em saúde, com ênfase na recuperação da infra-estrutura hospitalar de média e alta complexidade em pólos regionais e na municipalização da atenção básica.

Diretrizes:

- Implementar o processo de municipalização da saúde, no Estado do Amazonas, em consonância com a NOAS / SUS –2002 e Portaria 399/GM de 22/02/2006, Plano Diretor de Investimento – PDI e Programação Pactuada e Integrada da Atenção em Saúde - PPI;
- Implementar a política de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS;
- Implementar ações na área de saúde que atendam às especificidades dos povos indígenas;
- Implementar programa de prevenção do câncer, assistência em oncologia, ao traumatismo-ortopedia, dermatologia e venereologia, doenças tropicais e epidemiológicas;
- Viabilizar programa de educação popular em saúde considerando as características sociais de cada público-alvo.

Desafio 9 - Implementar, em parceria com governo federal, municípios e poderes judiciário e legislativo, políticas integradas para solução das questões fundiária, indígena e ambiental no Amazonas.

Diretrizes:

- Articular junto ao Governo Federal a estadualização das terras públicas hoje de domínio da União, além de municipalizar terras públicas de domínio do Estado;
- Compartilhar o planejamento, as decisões e a implementação da política fundiária com os municípios, consideradas as suas múltiplas interfaces – ambiental, indígena, de reforma agrária e regularização fundiária, de utilização e manejo das várzeas;
- Implementar a regularização fundiária de áreas públicas ocupadas;

- Apoiar a implantação dos planos diretores dos municípios;
- Identificar, comprovar e aperfeiçoar informações de terras públicas, privadas, unidades de conservação e terras indígenas através de georreferenciamento de seus limites;
- Implementar projetos de desenvolvimento sustentável nas unidades de conservação;
- Fortalecer as práticas sócio-culturais das comunidades indígenas e formar pessoal especializado para atuar na educação escolar das comunidades indígenas;
- Implementar um programa de regularização fundiária a partir de elaboração de diagnóstico fundiário de forma a estabelecer demandas para regularização;
- Implantar um programa de reforma agrária visando à criação de projetos de assentamentos produtivos.

Desafio 10 - Melhorar as condições de moradia e saneamento básico e assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos.

Diretrizes:

- Recuperar os igarapés das áreas urbanas;
- Implementar programa habitacional para população de baixa renda e sob risco social;
- Fomentar a produção e ampliar o financiamento de unidades habitacionais e lotes urbanizados, bem como de sua infra-estrutura básica e equipamentos comunitários;
- Ampliar a infra-estrutura para melhoria das condições sanitárias - água potável, esgotamento sanitário e coleta de lixo;
- Implantar programas de educação ambiental voltados para as comunidades residentes nas áreas afetadas;
- Implantar o sistema de licenciamento e monitoramento do uso de águas subterrâneas;
- Fiscalizar, monitorar e licenciar as atividades potencialmente poluidoras e/ou de degradação do meio ambiente no Estado do Amazonas, adotando as medidas necessárias à utilização racional dos recursos naturais, à redução, ao mínimo possível, da poluição resultante das atividades humanas e a prevenção de ações lesivas ao patrimônio ambiental;
- Prover infra-estrutura para assegurar o tratamento prévio dos resíduos de unidades de saúde, assegurando a salubridade da população e do ambiente.

Desafio 11 - Implementar estratégia de segurança alimentar na entressafra do pescado, para atender as populações mais carentes.

Diretrizes:

- Incentivar as ações organizativas, associativas e cooperativistas, como forma de assegurar trabalho e renda, não só na entressafra, mas como uma alternativa permanente de subsistência;
- Apoiar os municípios e comunidades rurais, na elaboração de planos que contemplem alternativas de produção de alimentos, com vistas a suprir a deficiência na oferta de pescado na entressafra;
- Implantar terminais e entrepostos pesqueiros, bem como indústrias de fabricação de gelo com câmaras frigoríficas nas sedes municipais do Estado, com vistas à formação de um estoque regulador de pescado para suprir a demanda, por ocasião da entressafra do pescado;
- Capacitar extensionistas, nas áreas de associativismo, cooperativismo, legislação ambiental, sanidade animal e sistemas de produção para piscicultura, tornando mais eficiente os processos de captura e criação de peixes em cativeiro.

Desafio 12 - Implementar um novo modelo de escola, tendo como foco a qualidade do ensino, o aluno como ator principal e a valorizar o professor promovendo a sua capacitação contínua e também dos gestores educacionais.

Diretrizes:

- Tornar cada escola uma unidade gerencial básica através de processos padronizados, com autonomia administrativa, planos de ação e monitoração de resultados com foco no aluno e na qualidade do ensino;
- Incentivar a regionalização da merenda escolar, por meio da celebração de convênios com prefeituras municipais, visando oferecer ao estudante cardápio típico e enriquecido de produtos regionais e que contribuam para o fomento da economia local;
- Implementar uma rede de dados da educação no estado do Amazonas, possibilitando a infra-estrutura de comunicação entre as unidades escolares da capital e do interior do Estado;
- Implantar e implementar cursos de graduação que estejam efetivamente vinculados à vocação econômica da região;

- Introduzir sistema de avaliação profissional que permita premiar o bom desempenho dos professores e gestores escolares;
- Manter programa de educação continuada no âmbito de pós-graduação;
- Implantar e implementar cursos profissionalizantes nos diversos setores.

Desafio 13 - Melhorar a segurança da população com implementação de políticas públicas integradas de prevenção à violência e melhoria da qualidade de vida.

Diretrizes:

- Construir novas unidades prisionais na capital e interior do Estado;
- Ocupar os internos do sistema penitenciário com atividades laborais, culturais, de lazer e cursos profissionalizantes;
- Prestar apoio e assistência aos familiares dos internos do sistema penitenciário;
- Implementar ações para reinserção social dos egressos;
- Reestruturar os sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
- Promover a revitalização do sistema de segurança pública com a capacitação de policiais e a aquisição de equipamentos modernos;
- Implementar o Batalhão destinado a defesa do meio ambiente;
- Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela carga, além de apoio, quando solicitado, as ações específicas dos órgãos ambientais locais.

Desafio 14 - Assegurar a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos direcionados aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade social.

Diretrizes:

- Elaborar e executar em parceria com instituições governamentais e não-governamentais, projetos de natureza educativa e cultural direcionados às crianças, adolescentes, jovens e adultos, objetivando a redução da violência;
- Criar e aproveitar os espaços públicos, tais como escolas, quadras, campos de futebol, praças, ruas para a promoção de eventos e atividades esportivas, culturais, de saúde e de lazer;

- Promover ações integradas e complementares para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e serviços assistenciais destinados àqueles que encontram-se em situação de vulnerabilidade social;
- Promover a efetivação do sistema de garantia de direitos da infância e da juventude, fortalecendo o protagonismo juvenil.
- Democratização do acesso das crianças e dos adolescentes ao conhecimento e às novas tecnologias;
- Implementar e fortalecer ações de assistência e promoção social às crianças e adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais, em situação de risco social.

Desafio 15 - Formular políticas e coordenar a implementação de programas, projetos e atividades de esporte e lazer, voltadas para o atendimento da população em geral e dos jovens em particular.

Diretrizes:

- Viabilizar convênios com o governo federal, para o desenvolvimento de jovens atletas, com vista a sua manutenção nos treinamentos e competições nacionais e internacionais;
- Reativar as práticas de lazer nos bairros da capital e nas cidades do interior do Estado, promovendo eventos que envolvam a população de forma direta e indireta;
- Estabelecer convênios com as instituições formadoras de profissionais voltados às atividades físicas, de esporte e lazer;
- Firmar convênios com o Governo Federal e com as instituições privadas, para obtenção de recursos para construção, ampliação e manutenção de complexos esportivos para prática de esporte de alto rendimento, dos atletas do estado;
- Construir praças esportivas que também possam abrigar atividades de lazer, na capital e no interior do Estado, em convênio com as prefeituras municipais e entidades privadas;
- Viabilizar convênios com instituições públicas e privadas para desenvolvimento de programas de atividade física com vista à melhoria da qualidade de vida da população.

MEGAOBJETIVO III - Democratização e Modernização da Gestão Pública.

Desafio 16 - Implementar um novo modelo de gestão pública para o Estado do Amazonas, orientado para o cidadão e pautado pela transparência, participação e controle da sociedade.

Diretrizes:

- Implementar a modernização da gestão pública no governo estadual, mediante o aproveitamento dos recursos disponíveis e a utilização de tecnologias modernas, buscando a eficiência e eficácia no atendimento a sociedade;
- Buscar formas de planejamento participativo onde estejam contempladas ações conjuntas entre entidades governamentais e não-governamentais;
- Ampliar o Pregão Eletrônico garantindo, dessa forma, agilidade e eficiência de determinadas compras à serem efetuadas através desta nova modalidade, autorizadas pelas leis de licitações;
- Implementar o Portal na internet contendo todas as informações dos processos licitatórios;
- Implementar Banco de Preços do governo do estado do Amazonas, para garantir um controle efetivo dos preços praticados pelos fornecedores;
- Promover a participação popular na implementação das políticas e o controle destas no âmbito do Estado;
- Formalizar parcerias entre Estado e Organizações da Sociedade Civil, e as unidades de ensino superior privadas, para prestação de serviços à população;
- Promover a intersetorialidade com outras políticas sociais e econômicas, visando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender a contingências sociais e a universalização dos direitos sociais;
- Propiciar mudança de enfoque da avaliação, hoje centrada no processo burocrático, para avaliação de resultados, efeitos e impactos da política estadual de assistência social;
- Promover a desburocratização da administração estadual, bem como das exigências empresariais, visando agilizar a operacionalidade do governo e dinamizar a economia;
- Promover a desconcentração e descentralização dos serviços públicos ofertados à sociedade, visando conferir maior eficiência e eficácia na sua execução;

Desafio 17 - Recuperar a capacidade de planejamento e Gestão do Estado, com foco na incorporação de técnicas modernas de gestão e na qualificação dos servidores.

Diretrizes:

- Promover a estruturação dos Recursos Humanos, com ênfase nas consideradas estratégicas pelo governo, por meio da formação, perspectivas de carreira e criação de incentivos;
- Capacitar e motivar os recursos humanos para melhor conceber, implementar e coordenar as políticas necessárias para a reforma administrativa;
- Dotar o Governo do Estado de uma política de planejamento e gestão pública, compatível com as diretrizes nacionais, pautada pela eficiência, eficácia dos serviços e pela otimização dos recursos públicos, na busca da qualidade.

Desafio 18 - Ampliar capacidade de financiamento das ações governamentais, mediante estabelecimento de parcerias com governo federal, iniciativa privada e organizações não-governamentais.

Diretrizes:

- Atuar junto ao governo federal para a expansão do teto financeiro do Estado adequado a cobertura financeira das ações, serviços e procedimentos de assistência à saúde;
- Identificar fontes de financiamento não-governamentais para execução de programas e projetos especiais;
- Estabelecer protocolos de cooperação técnica e financeira com o governo federal;
- Aumentar a integração entre órgãos estaduais federais afins, com vistas ao estabelecimento de propostas para que as prioridades da região sejam incorporadas na agenda nacional;
- Articular com os diversos atores políticos da região amazônica, visando a identificação de prioridades junto ao governo federal;
- Promover políticas públicas de ocupação do interior do Estado.